

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CARLYSSON ALEXANDRE RANGEL GOMES

**DISCURSOS DE MEDO E INSEGURANÇA COMO PRODUTORES DE
EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO**

MACEIÓ – AL

2019

CARLYSSON ALEXANDRE RANGEL GOMES

**DISCURSOS DE MEDO E INSEGURANÇA COMO PRODUTORES DE
EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Alagoas, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientador: Prof^ª. Dr. Simone Maria Hüning

MACEIÓ – AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

G633d Gomes, Carlysson Alexandre Rangel.
Discursos de medo e insegurança como produtores de exclusão e segregação no espaço urbano / Carlysson Alexandre Rangel Gomes. – 2019
101 f. : il. color.

Orientadora: Simone Maria Huning.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 82-85.
Anexos: f. 86-101.

1. Discurso do medo. 2. Violência urbana. 3. Segregação urbana. 4. Exclusão social. 5. Fobia social. I. Título.

CDU: 159.9.019.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

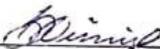
TERMO DE APROVAÇÃO

CARLYSSON ALEXANDRE RANGEL GOMES

Título do Trabalho: **"Discursos de medo e insegurança como produtores de exclusão e segregação no espaço urbano"**.

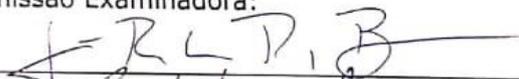
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Profa. Dra. Simone Maria Hüning (PPGP/UFAL)

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros (UFC)



Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva (UFMG)



Profa. Dra. Marília Silveira (Bolsista PNPd-PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 14 de maio de 2019.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora-amiga e amiga-orientadora, **Simone Maria Hüning**, por todos os anos de parceria, de afeto e de botecos. Sou grato pela confiança desde os primeiros anos da graduação, até os muitos anos de caminhada que ainda estão por vir. Sem seu olhar atento e cuidadoso não conseguiria me tornar a pessoa que sou hoje, e por isso sempre vou ser grato e te admirar. Obrigado.

A todos os colegas do **Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação** pelas trocas de afetos, compartilhamento de angústias e também de experiências maravilhosas ao longo dos anos. Também agradeço pelas importantes contribuições para esse trabalho.

À **Paula**, minha companheira, por estar ao meu lado nos momentos mais turbulentos e me fazer passar por eles com uma calma que só você me proporciona. Você é uma mulher mais do que extraordinária, pois extraordinária adquiriu outro significado depois que conheci alguém como você.

À professora **Lena**, por me receber durante meu período de mobilidade acadêmica na UFMG, e pelas sugestões durante a qualificação e ao longo do processo de pesquisa. Espero que possamos continuar o nosso diálogo.

À professora **Marília**, pelas contribuições na banca da qualificação e por me ensinar que é preciso produzir conhecimento com afeto.

Às professoras **Lisandra Moreira** e **Claudia Mayorga**, pela cuidado e hospitalidade e pela possibilidade de dialogar junto ao **Núcleo Conexão de Saberes** da UFMG.

Aos colegas da turma de mestrado, pelos ensinamentos trocados dentro e fora da sala da aula. Em especial a **Marianna** e **Lívia**, pelas caronas-terapia após as aulas espaciais. E também ao **Léo**, pelas risadas calorosas em momentos de angústia e nervosismo.

À **CAPES**, pelo apoio financeiro que permitiu me dedicar inteiramente a pesquisa, algo importante em tempos onde muitos vangloriam a desinformação e violência ao invés da educação e conhecimento,

A todxs aquelxs que não citei nomes, mas que me ajudaram a fazer essa pesquisa-caminhada acontecer. Meus mais sinceros agradecimentos.

Estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém.

(Michel Foucault, Em Defesa da
Sociedade)

RESUMO

Essa pesquisa teve a intenção de problematizar como o discurso do medo e insegurança podem ser produtores de exclusão e segregação no espaço urbano a partir da análise de alguns fragmentos da cidade, como notícias publicadas nos jornais online, fotografias, postagens em redes sociais, textos de pequenos blogs também a partir da realização de derivas feitas no trecho da ‘Rua Fechada’ na cidade de Maceió. Tomamos como objetivo geral discutir as relações entre produção de subjetividades e a circulação dos sujeitos nos espaços públicos da cidade. A partir dos materiais analisados, nos inspirando nas teorizações de autores como Michel Foucault, Giorgio Agamben e Achille Mbembe, e conseguimos problematizar o processo de ficcionalização do inimigo que estamos fabricando nos grandes centros urbanos. Analisamos como a maneira que estamos estruturando nossas cidades a partir de uma política de segregação em nome da segurança, pode estar produzindo vidas matáveis para que outras vidas possam circular na cidade em paz e com tranquilidade. Também apontamos como o sentimento do medo é um processo histórico e social, permitindo uma historicização e politização desse sentimento, que nos possibilitou analisar os efeitos do medo na urbe e o que ele produz na relação com o território e seus habitantes. Também buscamos refletir sobre o quão potente pode ser uma política de insistência nos territórios urbanos como, por exemplo, a ocupação de corpos que muitas vezes são vistos como perigosos em áreas consideradas privilegiadas e podem produzir encontros através do espaço público.

Palavras-chave: a) Discurso do medo; b) segregação; c) cidade

ABSTRACT

The purpose of this research is to problematize how the fear and insecurity speech can produce exclusion and segregation in urban areas by analysing a few fragments of the city, such as news disclosed on online communication outlets, photographs, social media posts, texts from online blogs as well as from walks taken by this stretch know as “Rua Fechada” in Maceió. We take as the general objective to discuss the affairs between productions of subjectivities and subjects movements in public areas in the city. Based on the analysed materials, we were inspired on theorizations by authors such as Michael Foucault, Giorgio Agamben and Achille Mbembe as we problematized the process of fictionalization of the enemy manufactured in great urban centers. We analyzed the way cities are structured by the segregation politics in name of safety could be producing killable lives so that others can move through the city in piece and serenity. We also point how the feeling of fear is a historic and social process, allowing a historization and politicization of this feeling, that allowed us to analyse the effects of fear in the city and what it produces in relation to territory and its inhabitants. We also tried to ponder on how powerful can be an insistence politic in urban territories such as the occupancy of bodies that are many times seen as dangerous in privileged areas and that could produce encounters in the public space.

Key words: a)Fear Speech; b) Segregation; c)City

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA LONGA CAMINHADA	13
1.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
1.2	MACEIÓ, O PARAÍSO DAS ÁGUAS	24
2	A CRIAÇÃO DE UM INIMIGO	27
2.1	BIOPOLÍTICA URBANA	30
2.2	RACISMO DE ESTADO COMO PARADIGMA PARA AS CIDADES	33
2.3	UM LAZER EM FAMÍLIA	39
2.4	CIDADE-CURRAL	43
2.5	O NANORRACISMO DO COTIDIANO	48
3	O MEDO COMO POLÍTICA DE INIMIZADE	52
3.1	A CIDADE COMO UMA MERCADORIA DE LUXO	65
3.2	POR UMA POLÍTICA DA INSISTÊNCIA	71
3.3	CIDADES DE LUZ E SOMBRA	73
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	82
	ANEXOS	86

1 INTRODUÇÃO

Olá, que bom que você está planejando vir para Maceió passar um tempo conosco. Quero te levar a um lugar quando você chegar aqui. Esse lugar é um tanto importante para mim, já que foi o local que me proporcionou pensar esta pesquisa de mestrado. Eu espero que você goste do passeio que preparei pra você.

O local que quero que você conheça é chamado de Rua Fechada, mas ele tem algumas peculiaridades, já que o único dia que você vai conseguir ir a esse lugar é no domingo. Espero que você tenha reservado esse dia livre, e vou te explicar o porquê.

Sabe a Avenida Paulista em São Paulo, que fecha aos domingos para a circulação de carros e fica aberta para a circulação de pedestres? Então, aqui também é assim. A Rua Fechada, na verdade, é esse lugar onde a prefeitura interrompe a circulação de carros em uma das principais avenidas da orla da do bairro da Ponta Verde, que, por sinal, é um dos bairros mais famosos da cidade. E esse lugar que antes servia de local para a circulação de carros se transforma em um espaço de lazer e diversão. Eu fiz um mapa para ajudar você a se localizar melhor quando vier para a cidade. Dê uma olhada aqui embaixo¹.

Figura 1 – Mapa da região da Rua Fechada



Fonte: elaborado pelo autor.

Esse momento de trânsito interrompido tem hora marcada para acontecer, atualmente é das oito horas da manhã até as dezessete horas da tarde. Esse horário já mudou algumas vezes e por motivos bem controversos, mas vou te contar mais sobre isso quando você chegar.

Para chegar na Rua fechada é fácil, você pode ir de diversas maneiras dependendo do local que você vai se hospedar na cidade. Você pode ir a pé, de táxi, por aplicativos de

¹ O mapa completo da cidade pode ser localizado nos Anexos desse trabalho

transporte, de ônibus e etc. Esse é um dos pontos turísticos da cidade, logo vai ser fácil encontrá-lo.

Primeiro, é bom te alertar que você vai ouvir falar muito sobre a insegurança que rodeia a cidade. Maceió é uma cidade muito marcada por um discurso do medo que atravessa as relações sociais, não só em relação ao transporte público, mas à própria vida e circulação na cidade. Eu entendo você ficar assustado com os relatos e advertências, às vezes também sou capturado por esse incessante maquinário discursivo sobre a violência e o medo em Maceió.

A dica que dou é tentar não se abalar tanto com esse discurso do medo, muitas vezes ele é mais espetacular do que realmente perigoso. Até porque, estatisticamente falando, os altos índices de violência na capital têm alvos e áreas muito específicas, pois quem mais sofre com a violência na cidade é a população jovem, negra e que mora em bairros pobres e periféricos da cidade.

É importante você reconhecer seus privilégios, você está vindo para Maceió como um turista, e cada vez mais essa é uma cidade que está se configurando como um local para te receber e te agradar, mesmo que isso interfira diretamente na vida de tantas outras pessoas que construíram sua vida nessa cidade. Maceió é uma cidade que segrega, violenta e nega direitos a muitos dos seus moradores só para te receber melhor, é uma cidade do espetáculo. Mas apesar desses problemas, que não são necessariamente exclusividade dessa cidade, espero que você aproveite a sua estadia.

Quando você chegar à Rua Fechada vai se deparar com um lugar bonito, à beira-mar, muito movimentado e com bastantes atrativos. É um local altamente turístico, mas que também tem um apelo muito forte para os moradores da cidade frequentarem regularmente esse espaço da cidade. Deixe-me te mostrar uma foto.

Figura 2 - Pessoas se divertindo na Rua Fechada



Fonte: Paulo Bezerra².

Nessa região você vai encontrar desde os famosos bares e restaurantes da cidade, e que por sinal exercem bastante influência na organização da orla de Maceió, mas também vai se deparar com vários pequenos vendedores ambulantes, como o pessoal que fica na faixa de areia da praia alugando cadeiras, mesas e guarda-sol caso você queira pegar um bronze e dar um mergulho. Há também pequenas barracas que vendem cervejas, água mineral, água de coco etc. É um local que movimentava uma parte da economia da cidade, já que está próximo a grandes e caros hotéis com vista para o mar, e também por estar em um bairro considerado nobre.

Eu conheço pouco sobre a origem desse lugar, busquei em jornais, sites, órgãos da prefeitura, arquivo público da cidade, mas ninguém sabe ao certo como ou quando começou esse espaço. O que eu consegui encontrar, é que ele existe há cerca de vinte anos na cidade, e desde então vem fazendo parte do cotidiano dos maceioenses.

Considero esse lugar bastante interessante porque, se você parar para refletir, cada vez mais as cidades são pensadas e construídas para o intenso fluxo de carros ou para a rápida locomoção das pessoas aos seus destinos. Até mesmo a maioria das praças da nossa cidade não

² BEZERRA, Paulo. [sem título] 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.hotelportodapraia.com.br/2018/02/rua-fechada-na-ponta-verde-maceio/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

são espaços que te acolhem ou te oferecem uma estrutura que te convide a ficar nelas, ao invés de serem lugares que você queira permanecer, são espaços de passagem rápida. E por isso eu acho o projeto da Rua Fechada muito marcante para a cidade, pois transforma uma grande avenida, lugar que é majoritariamente destinado ao trânsito de automóveis, em um lugar para os caminhantes, para aqueles que não estão ali somente com a intenção de passar rapidamente, mas sim de ficar, de ocupar e de viver esse espaço da cidade.

Essa forma de ocupar a cidade acontece de diferentes maneiras e também com diferentes sujeitos. Quando você for à Rua Fechada é bem provável que você vá interpretar essa ocupação de diferentes formas, pois dependendo do horário do dia esse espaço é ocupado de maneira diferente, por corpos diferentes e aparentemente nem todos são bem-vindos a ocupar e permanecer nesse lugar.

Se você optar por ir pela manhã, vai encontrar um lugar muito movimentado, é bem provável que encontre alguma atração cultural, como pequenas bandas ou apresentações artísticas. Muitas crianças vão cruzar seu caminho, você ouvirá sotaques de diversas partes do Brasil e até do mundo, principalmente se você vier no período de alta temporada, e talvez você possa até se deparar com cenas como essa:

Figura 3 - Ações educativas na Rua Fechada



Fonte: Agência Alagoas³

³ ALAGOAS. Nossa Praia realiza ação especial para as crianças neste domingo (7). **Agência Alagoas**, Maceió, jan. 2018. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/22745-nossa-praia-realiza-acao-especial-para-as-criancas-neste-domingo-7>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Caso você decida ir nesse horário, lembre-se de passar protetor solar, o sol que ilumina o dia também vai queimar a sua pele. Porém, se você optar por ir ao final da tarde, preciso te dizer que esse lugar vai ter características um pouco diferentes, ao invés da cena anterior, você pode se deparar com a seguinte cena.

Figura 4 – Operação denominada “Área de Lazer” onde 150 pessoas foram apreendidas



Fonte: TNH1⁴

Essa mudança na paisagem acontece por alguns motivos. O primeiro deles, é que próximo ao final da tarde, a Rua Fechada vai ganhando outra cor, pois um grande número de jovens negros e das periferias da cidade começam a se reunir nessa região da orla. A orla da Ponta Verde, um lugar que é majoritariamente frequentado por corpos brancos e de classe média, começa a ter que conviver com jovens de camadas sociais mais pobres e isso vem produzindo vários efeitos no funcionamento da Rua Fechada.

Enquanto você estiver caminhando ao final da tarde, perceberá uma enorme quantidade de policiais e outros agentes de segurança pública que não estavam presentes nos horários anteriores. Viaturas da polícia e até mesmo do Bope vão compor a paisagem da orla principalmente no lugar que esses jovens costumam se reunir: um totem com os dizeres ‘EU

⁴ TUDO NA HORA. Operação "Área de Lazer" faz megarevista e apreende 150 pessoas na Rua Fechada, em Ponta Verde. **Tudo na hora**, ago. 2016. Disponível em: <http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalle/policia/operacao-area-de-lazer-apreende-150-pessoas-na-orla-de-ponta-verde/?cHash=f1dc623e74d35d971d61d5be4444997a..> Acesso em: 23 mar. 2018.

AMO MACEIÓ'. Além dessa intensa atividade policial, você também poderá se deparar com vários desses jovens sendo revistados pelos policiais e até mesmo sendo encaminhados para a delegacia por não estarem portando documentos de identificação. Mas não se preocupe, você não precisará passar por isso, como te falei, os privilégios podem estar marcados no seu corpo, nas suas roupas e até no seu jeito de falar e andar. Você não é o alvo, esses jovens são. Só que mesmo assim esses jovens se reúnem lá semana após semana, acho que eles realmente amam Maceió.

Apesar de a Rua Fechada ser um lugar que não é amistoso para uma parcela da população da nossa cidade, ainda quero que você venha conhecer, caminhar e falar sobre esse lugar e tantos outros que também fazem pensar a sua cidade. Olhe para o espetáculo que é Maceió, mas não se deixe ser engolido por ele. Venha conhecer, amar e odiar essa cidade, mas, acima de tudo, se permita ser afetado por ela.

2 OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA LONGA CAMINHADA

As cidades, como afirma Guattari (2006), são imensas máquinas produtoras de subjetividades individuais e coletivas. Sendo assim, como vamos conseguir dar conta de produzir um conhecimento que leve em consideração a experiência subjetiva de quem transita nas cidades contemporâneas? Quais os instrumentos que o pesquisador dispõe para tentar enquadrar a experiência dos sujeitos da cidade nos moldes prescritivos da produção científica? Até onde podemos transgredir a escrita, o método e os resultados?

Essas foram algumas das perguntas que me atormentaram durante todo o processo de construção dessa pesquisa, e até agora não tenho resposta para elas. No entanto, elas não somente me atormentaram, elas me afetaram, e a possibilidade de ser afetado foi uma pequena pista na qual me agarrei e comecei a dar meus primeiros passos como um pesquisador na cidade.

Favret-Saada (2015), etnógrafa francesa, põe em análise a questão do afeto na antropologia afirmando que em geral os autores ignoram ou negam o lugar do afeto na experiência humana. Pessoalmente, não consigo enxergar muita diferença quando nos voltamos para o campo da psicologia e pensamos em suas metodologias mais tradicionais ou até mesmo as ditas críticas. Para Favret-Saada (2015, p. 160), “aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada”.

Mas nosso modelo atual de ciência consegue dar conta de colocar o afeto como um importante elemento de pesquisa? Quando penso em ciência e em seu modo de funcionamento pelo menos três figuras clássicas vêm a minha mente e talvez à mente de muitas outras pessoas também. Essas figuras são o laboratório, o cientista e o objeto a ser estudado. Aprendemos na escola, com os filmes e, infelizmente, até mesmo na universidade que a ciência é essa busca da verdade pura em que o cientista (uma figura neutra, que transpira conhecimento e curiosidade sobre o mundo que o cerca) em seu laboratório (lugar asséptico e com variáveis controladas) vai descobrir a verdade sobre um determinado objeto (uma entidade passiva, que aguarda ter seus segredos revelados por um pesquisador perspicaz).

Essa é a imagem clássica de como se imagina que a Ciência é feita, até porque por muito tempo a única forma legítima de se produzir Ciência exigia essa estrutura. A Física, Química e a Matemática foram disciplinas que se construíram nessa maneira cartesiana de produção de conhecimento, em que o conhecimento é resultado da busca pela verdade em determinado objeto por um sujeito. Objeto esse que é separado do cientista, em que o distanciamento entre

essas figuras é um pré-requisito indispensável para obtenção do conhecimento verdadeiro e, nessa perspectiva, conhecer o objeto é igual a dominá-lo.

Onde ficam essas figuras do cientista, do laboratório e do objeto quando se pensa nas Ciências Humanas, na Psicologia e nas cidades? É possível fazer ciência fora desse espaço dominado por tais figuras? Para tentar responder minimamente essas perguntas é preciso começar a questionar toda essa objetividade e neutralidade com as quais se imagina que o trabalho da/o cientista é feito.

Donna Haraway (1995) já tentava avisar em 1988 que a ideia de objetividade e de método científico são fábulas contadas a estudantes dos primeiros anos de iniciação e que nenhum praticante das altas artes científicas jamais seria apanhado seguindo à risca os pressupostos pautados nos manuais de ciência.

Haraway (1995) alertou o quanto as ideologias oficiais sobre a objetividade e o método científico são péssimas guias no que dizem respeito a como o conhecimento científico é realmente fabricado, até porque as únicas pessoas que acabam realmente por acreditar e agir a partir das doutrinas ideológicas da objetividade científica descorporificada presente nos manuais elementares e na literatura de divulgação da tecnociência são as/os não cientistas. Como Haraway (1995, p.11) também disse, “a ciência é um texto contestável e um campo de poder”.

A partir dessas questões comecei a pensar em como nós somos afetados diariamente pela cidade, por suas ruas, seus cheiros, seus sons, por seus habitantes junto a seus medos e sonhos. Então, me permiti pensar em uma política de produção de conhecimento sobre as cidades considerando o afeto e a subjetividade como elementos importantes para a construção desse trabalho. Produzir um conhecimento afetado pela experiência foi minha primeira pista.

Entretanto, quando falo de experiência estou falando de experimentação, como indica Nogueira (2013), que recusa o modelo de experiência tal como é previsto na Ciência moderno-disciplinar, na qual se busca uma experiência neutra nas pesquisas como algo a ser controlado, reproduzido, padronizado e medido. Para Nogueira (2013, p. 16), experiência é experimentar, “é da ordem do afeto, portanto, de ser afetado, de entrar em contato com a vida”.

Logo, não me bastava apenas identificar, observar e analisar como mandam as tradições ditas científicas, pois “observar participando, ou participar observando, é quase tão evidente como tomar um sorvete fervente” (FAVRET-SAADA, 2015, p. 156), e em uma cidade com altas temperaturas como Maceió, tomar um sorvete quente não me parecia uma atitude sensata.

Guattari (2006) nos alerta que o objeto urbano é de uma enorme complexidade e exige do pesquisador abordá-lo com metodologias apropriadas à complexidade. Sendo assim, tivemos bastante cuidado ao escolher o caminho a ser trilhado, uma vez que o urbano é um campo relativamente recente para a Psicologia e, mais especificamente, para a Psicologia Social brasileira.

Em um trabalho desenvolvido por Silva (2016), a autora buscou compreender como, historicamente, a Psicologia foi se apropriando e produzindo sobre os processos de urbanização. A autora (2016) afirma que os primeiros trabalhos científicos publicados em periódicos de Psicologia no Brasil em que existe uma articulação entre os processos de urbanização e a Psicologia são nitidamente marcados por uma epistemologia associada às Ciências Naturais. Nesses trabalhos, a Psicologia enxerga o urbano como um espaço a ser controlado, onde o enfoque é tentar adequar o indivíduo ao espaço.

Nessa vertente se defende a existência de uma maneira natural e mais saudável de habitar os espaços urbanos, sendo preocupação da ciência desvelar o modo funcional e adequado de transitar na cidade e descobrir técnicas de manutenção de comportamentos que propiciem a adaptação dos sujeitos a esse território (SILVA, 2016, p. 36).

O afeto não é uma questão para esse tipo de produção científica, pelo contrário, ele precisa ser evitado, o foco é a adaptação e higienização das formas de vida que ocupam os territórios. Esse tipo de fazer científico é bastante comum quando se realiza um resgate histórico da Psicologia, pois, segundo Rose (2011), a Psicologia tem uma longa história com práticas naturalizantes e individualizantes em sua tradição científica.

Hüning et al (2014) também fazem uma importante análise histórica de como a cidade passa a constituir um objeto de estudo para a Psicologia brasileira. Segundo os autores (2014), somente na segunda metade da década de 1990 e no início dos anos 2000 é que as abordagens envolvendo as questões urbanas, como a organização do espaço urbano e os modos de vida deixam de privilegiar um paradigma explicativo e resolutivo dos problemas sociais e passam a problematizar as questões sociais através da desnaturalização e análises da construção histórica desses problemas.

Trazer esse olhar histórico para a construção do urbano como um campo legítimo de produção de conhecimento da Psicologia é apontar o quão recente é essa interlocução de saberes, mas também problematizar que o conhecimento não se estrutura e se amplia através de um progresso linear do saber científico. O conhecimento se produz, como afirma Hüning et al (2014), em diálogo com as formas de produção e gestão da vida em sociedade. A produção de

conhecimento precisa ser localizada historicamente e geograficamente, pois a ciência não pode ser situada como uma reveladora da realidade, pelo contrário, é a Ciência que produz um determinado tipo de realidade, um determinado tipo de mundo. E nesse mundo que estou tentando produzir, o afeto é um dos pilares para sua construção.

Minha segunda pista estava em uma reflexão feita por Michel de Certeau (1998), que do alto do *World Trade Center*, em Nova York, começa a questionar a maneira como nos conectamos com a cidade.

Subir até o alto do *World Trade Center* é o mesmo que ser arrebatado até o domínio da cidade. O corpo, não está mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar segundo uma lei anônima: nem possuído, jogador ou jogado, pelo rumor de tantas diferenças e pelo nervosismo do tráfego nova-iorquino. Aquele que sobe até lá no alto, foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores (CERTEAU, 1998, p. 170).

Ver a cidade do alto o colocava numa posição de ‘*voyeur*’, distante dos amontoados de corpos que trafegam na cidade, longe do barulho incessante dos seus transeuntes. O êxtase de ler a cidade de cima, ou a “erótica do saber” como coloca Certeau (1998, p.70), nos põe distante da cidade.

Durante esse trajeto da subida do *World Trade Center*, Certeau (1998) se depara com um cartaz no 110º andar, que continha os dizeres *It’s hard to be down when you’re up*⁵. Esse lugar de olhar a cidade do alto com um poder onividente de um deus que olha para sua cidade-panorama é um lugar difícil de resistir quando se pensa no olhar do pesquisador para com o seu objeto. Como fala o cartaz, é difícil ficar para baixo quando se está em cima. Mas esse lugar do alto não serve para se pensar a experiência cotidiana das nossas cidades, como Certeau (1998, p.171) explica, a cidade panorama é um simulacro teórico, ou seja, visual, “é um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas”. Para o autor (1998), a cidade panorama de um deus *voyeur* acaba por se excluir dos entrelaçamentos dos comportamentos do dia a dia e se torna cada vez mais estranha a eles, por isso temos que pensar numa cidade ‘de baixo’.

[...] Embaixo, a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmänner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios do “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo a corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se

⁵ É difícil ficar para baixo quando se está em cima – tradução nossa

uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada (CERTEAU, 1998, p. 171).

Mas o que significa pensar a cidade a partir de uma perspectiva de baixo? Para Reis (2017), diferente da perspectiva totalizadora do alto, na perspectiva de baixo, o caminhante vê a cidade em fragmentos. “O caminhante experiencia a cidade do comum, produzida a partir dos seus encontros com a vida urbana. Diferente do espectador das alturas, o habitante da cidade segue os caminhos sinuosos e labirínticos” (REIS, 2017, p. 23).

Esse talvez tenha sido o exercício mais difícil de realizar durante a pesquisa: se afastar desse olhar de cima para baixo, desse lugar de um deus que observa sua criação, mas que não se interessa tocá-la e nem andar ao seu lado. Caminhar nessa pesquisa me fez perceber o quão efervescente e plural a cidade pode ser, e mais do que isso, perceber que o modelo clássico de se fazer ciência não dá conta de capturar as múltiplas singularidades dos territórios e dos sujeitos que circulam por eles.

Muitas vezes me senti frustrado por achar que não conseguiria dar conta de observar e analisar tudo o que poderia estar acontecendo durante minhas caminhadas, e por pensar que estaria deixando de lado tantas outras coisas por simplesmente não conseguir enxergá-las ou não estar presente nos momentos que aconteciam. Assim, levei um tempo para aprender que o olhar do caminhante é diferente do olhar de um deus.

É a partir desse olhar que quero falar sobre a cidade nesse trabalho, a cidade de baixo, a cidade dos caminhantes. Certeau (1998, p.177) afirma que “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos”. Caminhar, para o autor, é dar passos que moldam os espaços, é transgredir através dos desvios os trajetos pré-estabelecidos como corretos, é se apropriar da cidade em que caminha.

Essa foi minha segunda pista. Andar. Andar pela cidade é senti-la com nosso corpo. É sentir o sol escaldante do verão sob nossas costas, é ouvir o som do mar como uma música de fundo que abafa nossos passos, é sentir raiva pelo trânsito caótico, é sentir medo ao caminhar solitariamente em ruas desertas e escuras, andar é sentir.

A terceira pista veio de alguns encontros e desencontros com a professora Regina Helena Alves da Silva, coordenadora do Centro de Convergência de Novas Mídias (CCNM), da Universidade Federal de Minas Gerais. Quando eu estava procurando possíveis universidades para fazer a mobilidade de mestrado, minha orientadora recebeu a indicação de um colega do departamento que nos apresentou a professora Regina Helena, a quem chamaremos aqui de Lena.

Nosso grupo de pesquisa que recentemente começou a trabalhar com cidades estava tendo algumas dificuldades teóricas com o novo campo que estava se abrindo, o da cidade, e pedimos ajuda à professora Lena. Em uma reunião por *Skype*, Lena comentou sobre alguns de seus trabalhos que utilizavam a Teoria da Deriva e as produções do movimento Internacional Situacionista.

Depois dessa reunião comecei a estudar sobre a ideia da deriva proposta pela Internacional Situacionista e acabei construindo meu projeto de pesquisa tomando como base essa metodologia, também fiz minha mobilidade acadêmica com a professora Lena na UFMG como uma tentativa de me apropriar um pouco mais dessa ferramenta tão potente que é a deriva.

A aproximação com essa metodologia se deu principalmente por permitir uma atitude de estranhamento do cotidiano e por considerar as diferentes possibilidades de uso dos lugares. Esse tipo de metodologia possibilita ao pesquisador “reler a cidade a partir de um posicionamento crítico que permitisse ‘estranhar’ as formas e os usos definidos e cristalizados e enxergar, para além destes, as múltiplas possibilidades de apropriação e criação de novos usos e convivências” (SILVA, 2008, p. 6).

A Internacional Situacionista foi um grupo formado nos anos 50, composto por intelectuais e artistas europeus que lutavam contra o espetáculo e a cultura da espetacularização em geral. Era um movimento contrário à não participação e à passividade da sociedade. Esse grupo acabou produzindo uma série de críticas radicais ao urbanismo da época e ao modelo de cidade contemporânea que transformava a cidade em um espetáculo e seus habitantes em passivos expectadores (FONSECA, 2008).

Para esse grupo, a principal ferramenta de luta contra essa cultura do espetáculo seria a participação ativa dos indivíduos em todas as esferas da vida social, principalmente na cultura. O interesse dos Situacionistas pelas questões urbanas emerge como uma consequência da importância dada por estes ao meio urbano como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta (JACQUES, 2003).

Os Situacionistas caminharam reflexivamente na direção contrária dos arquitetos modernos, abandonando as ideias do planejamento de cidades e entendendo que a revolução que mudaria a sociedade — e, assim, a arquitetura — não poderia ser detonada no universo das especialidades, mas ao contrário (NOGUEIRA, 2013, p. 40).

Esse incessante confronto da Internacional Situacionista contra uma sociedade do espetáculo, no qual a banalização da vida urbana é uma constante no cotidiano das cidades contemporâneas, acabou produzindo uma série de estratégias e críticas a um modelo de vida

que se baseia em um consumismo imediato e exacerbado. Como algumas das principais estratégias de reinvenção e experimentação do espaço urbano, o Movimento Situacionista utilizava da Psicogeografia e das derivas pela cidade.

Guy Debord, líder da Internacional Situacionista, publica um texto em 1958, intitulado *Teoria da Deriva*. Nesse texto, Debord descreve a deriva como uma “técnica de passagem rápida por ambiências variadas” (JACQUES, 2003, p. 87). A ideia da deriva é de caminhar pela cidade numa tentativa de fazer emergir questões relativas à vida cotidiana na urbe durante esse trajeto, caminhar na cidade como técnica de experimentar a cidade, de fazer parte dela. Segundo Nogueira (2013), um andar capaz de derivar, carrega a possibilidade de se abrir ao desconhecido, ao conflito e ao inesperado, até porque o desconhecido e o conflito parecem estar escondidos na maneira como vivemos a cidade hoje, uma vida que se estrutura no consumo, na repetição e na aceleração que a sociedade urbana nos empurra como estilo de vida.

A proposta de derivar pela cidade está vinculada a uma tentativa de desviar das rotas previstas por uma cidade-espetáculo e de se perder na cidade. Se perder não em um sentido geográfico, de vagar sem rumo por ruas intermináveis, mas sim de ir contra os sinais predeterminados que tentam regular a vida, de ir contra o fluxo, derivar é uma forma de transgredir as regras que nos dizem como viver, por onde seguir e o que olhar.

As derivas situacionistas, segundo Silva (2008), buscavam sempre criar experimentações que tornassem o cotidiano urbano – um lugar de fragmentação e banalidade – em um espaço de crítica e transformação, já que essa prática tinha como princípio uma apropriação do espaço que ultrapassasse a lógica da definição das funções.

Para os situacionistas, a prática da deriva está associada a uma Psicogeografia cujo conceito foi definido por Guy Debord como um “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” (JACQUES, 2003, p. 65), ou seja, o psicogeógrafo seria o sujeito que estuda as implicações subjetivas que o meio urbano produz nos indivíduos.

Segundo Jacques (2003, p. 23), a Psicogeografia seria uma geografia afetiva, subjetiva e que buscava cartografar “as diferentes ambiências provocadas basicamente pelas deambulações urbanas que eram as derivas situacionistas”, ou seja, essa área se interessava em entender os efeitos que o ambiente geográfico produzia nas emoções e nos comportamentos dos indivíduos, sendo que seria através da deriva que se conseguiria utilizá-la como uma ferramenta de transformação das sociedades.

A ideia situacionista de olhar a cidade a partir de uma perspectiva mais subjetiva colocava em confronto a visão tradicionalista, geométrica e racional do urbanismo da época. A partir desse olhar subjetivo da cidade, utilizando da deriva e da Psicogeografia como ferramentas, os situacionistas propunham analisar as cidades não a partir de uma visão tradicional quantitativa, mas sim a partir de um olhar qualitativo e subjetivo das cidades (MONTE, 2015). Com essas ferramentas, o caminhar nas cidades acaba se transformando em uma narrativa da exploração sobre as muitas cidades que podem existir no interior de uma metrópole (FONSECA, 2008).

Tentando organizar de forma didática, Monte (2015), diz que a Psicogeografia pode ser entendida como uma ciência ou um método de exploração dos aspectos afetivos da cidade, utilizando a deriva como principal elemento de investigação. Essa maneira de enxergar a cidade que a deriva e a Psicogeografia propuseram me permite olhar a banalidade da vida cotidiana como uma ferramenta de crítica sobre as relações que estabelecemos na cidade é o que me chamou a atenção como uma proposta metodológica potente quando pensei a construção desse trabalho.

Apropriei-me desses conceitos e ideias em minha pesquisa para tentar produzir, como Silva (2008) sugere, um conhecimento sobre o espaço urbano que leve em conta a experiência de quem transita por esse espaço. Ser afetado, andar e derivar. Essas foram minhas pistas iniciais para começar a pensar a/na cidade.

Gosto de pensar esse trabalho como uma pesquisa-caminhada, em que temos um ponto de partida com nossas perguntas, mas não temos um ponto de chegada planejado, não sabemos em que lugar da cidade vamos parar, onde vamos percorrer e nem o que podemos encontrar no caminho. Nessa caminhada procurei evitar as grandes avenidas movimentadas e bem iluminadas que cortam as várias grandes cidades em que vivemos, preferi caminhar pelas ruelas mal iluminadas das cidades, fazer desvios que deixariam qualquer GPS confuso, pois não me interessava chegar da forma mais rápida aos lugares, queria caminhar devagar, me sentir exausto, mas também recompensado pela experiência do trajeto. Diferente de outras caminhadas, o importante não era chegar a algum lugar, mas sim de sair desse lugar e me perder a ponto de conseguir me encontrar na cidade.

Às vezes precisei parar para descansar e tomar água após uma ladeira muito íngreme, também precisei atrapalhar o trajeto de outras pessoas para pedir indicações por onde caminhar. Tropecei, caí, senti medo por andar em ruas desconhecidas, senti o cansaço no corpo por ter percorrido longas distâncias, mas encontrei outros caminhantes que me acompanharam ao

longo desse trajeto. Sou bastante grato a todos eles e espero possamos caminhar juntos novamente.

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

“Toda metodologia há que ser transgressão” é como Nogueira, Hissa e Silva (2015, p. 354) nos provocam a pensar quando se propõe a problematizar as metodologias possíveis que nós, enquanto pesquisadores, nos apropriamos para tentar compreender a cidade.

Para os autores (2015), é necessário infringir o modo de funcionamento aparente do mundo para poder tentar compreendê-lo. É necessário profanar as regras que ordenam o modo de funcionamento do pensamento, de suas teorias e metodologias, pois, como questionam os autores (2015, p. 355), “se o mundo está em constante movimento, em devir incessante, por que nosso modo de olhar insiste em querer paralisá-lo?”.

Entendo que o que me proponho a fazer nesse trabalho não pode ser classificado diretamente como uma Derivas Situacionista, pois não estarei seguindo fielmente todos os pressupostos trabalhados pelos Situacionistas, até porque, como Nogueira (2013) adverte, a deriva não foi criada como uma ferramenta metodológica nos moldes da ciência moderna, e, portanto, “trabalhar com a deriva situacionista não pode ser fazer exatamente uma deriva situacionista” (NOGUEIRA, p. 38). Contudo, ainda assim, optei por nomear minhas idas a campo como derivas, pois esse conceito me inspirou fortemente na maneira de operar metodologicamente como um pesquisador na cidade.

Nesse trabalho, apoio-me nas discussões apresentadas anteriormente como pistas e em alguns conceitos propostos pela Internacional Situacionista para tentar levantar algumas questões sobre a vida cotidiana nas cidades.

Diferentemente dos Situacionistas, nessa metodologia de pesquisa elegi um percurso delimitado da cidade para que pudesse realizar as derivas, o percurso da Rua Fechada, uma avenida à beira-mar que tem seu fluxo de carros interrompido aos domingos com o intuito de ser transformada em uma área de lazer na orla da cidade de Maceió. A partir dos conceitos propostos pela Internacional Situacionista pensei em alguns procedimentos para organizar as derivas.

Aos domingos, realizei as derivas na Rua Fechada e partir dessas derivas foram construídos diários de campo que serviram para nortear as análises sobre esse lugar da cidade. Fiz dez diários de campo durante o período da pesquisa. Durante as derivas também fiz alguns

registros fotográficos da Rua Fechada. Os trechos dos diários de campo que foram incorporados ao texto da dissertação foram formatados sem recuo e sem tamanho reduzido da fonte, mas em itálico e entre aspas, e ao final de cada trecho uma nota de rodapé indicará qual sua origem. A opção por essa formatação ocorreu para compor o texto da dissertação de maneira mais fluída.

Além das derivas, escolhi colocar em análise alguns fragmentos da cidade, como notícias publicadas nos jornais online, fotografias, postagens em redes sociais, textos de pequenos blogs e etc. Os fragmentos em texto também terão a mesma formatação dos diários de campo. Entendo que o espaço urbano também é produzido a partir do discurso, e por isso é importante colocar em análise essas narrativas fragmentadas sobre esse lugar, pois elas não apenas os descrevem, mas são também construtoras desse espaço.

Esses fragmentos foram tomados como materiais importantes para a problematização dos modos de produção e gestão da vida, já que materializam práticas e discursos que circulam ou passam a circular no cotidiano como verdades, consequentemente acabam produzindo sujeitos e modos de governar (SILVA, 2013).

Compreende-se a subjetividade como uma emergência histórica de processos, em conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos midiáticos, ecológicos, urbanos que participam de sua constituição e de seu funcionamento. Entender a subjetividade como um processo e não como uma estrutura constituída a priori permite se pensar em diferentes modos de subjetivação engendrados com os novos arranjos das cidades contemporâneas (FERREIRA-NETO, 2004).

Essa concepção de subjetividade ancorada na Psicologia Social compreende a subjetividade e o espaço como uma rede co-constitutiva, (RODRIGUES; BAPTISTA, 2010), ou seja, ao mesmo tempo que o sujeito constrói o território, ele é constituído por ele, o que ajuda a problematizar como as transformações no território podem produzir novas formas de subjetivação e vice-versa.

As teorizações de Michel Foucault foram imprescindíveis para a análise desses fragmentos narrativos da cidade, a produção teórico-metodológica desse autor serviu como inspiração na maneira que entendemos e trabalhamos com esses fragmentos, principalmente os conceitos de arqueologia e genealogia que foram desenvolvidos pelo autor.

A arqueologia proposta por Michel Foucault (1980) funciona como um método interessado em analisar as regras discursivas da formação dos saberes, um método que se interessa em suas condições históricas de possibilidades. Nessa perspectiva, Foucault (2008) trata a história como algo que não é linear nem contínua.

Quando Foucault (2008) concebe os documentos históricos como monumentos, eles passam a ser identificados a partir de suas rupturas e descontinuidades históricas na produção de certas verdades. Segundo Giacomoni e Vargas (2010, p. 123):

[...] leitura arqueológica procede então a delimitação das regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, dos termos e das teorias com o objetivo de estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza. Essa positividade é a de um saber, não de uma ciência”.

Desse modo, a arqueologia é ferramenta importante para a análise dos nossos fragmentos, pois ajuda a problematizar a maneira como construímos e legitimamos nossas práticas e como também somos constituídos por elas.

Já com a genealogia, Foucault (2008) toma como seu objeto de análise as formas e exercícios do poder. A genealogia a partir do autor nos permite conceber o sujeito moderno como algo produzido a partir das relações de saber e poder, pois a esta se torna uma forma para “entendimento acerca dos processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos como resultado de um intrincado processo de subjetivação que se dá no interior de redes de poderes, que os capturam, dividem, classificam” (VEIGA-NETO, 2011, p. 55). Além disso, é importante demarcar que a genealogia não é uma descontinuidade teórico-metodológica em relação à arqueologia. Conforme explica Castro (2009, p. 185),

não devemos entender a genealogia de Foucault como uma ruptura e, menos ainda, como uma oposição à arqueologia. Arqueologia e genealogia se apoiam sobre um pressuposto comum: escrever a história sem referir a análise à instância fundadora do sujeito.

A partir desse entrelaçamento da Arqueologia e da genealogia é que proponho problematizar os fragmentos. Olhar esses materiais a partir de uma arqueogenealogia é entender que a história é produzida em meio a tensões, continuidades e descontinuidades, uma história que é cheia de rupturas e multiplicidades e que se constitui a partir de relações de poder e jogos de verdade.

É importante pontuar que essas análises foram inspiradas a partir do conceito de ‘discurso’ trabalhado por Michel Foucault (2006). Para o autor, o discurso não trata apenas de uma fala ou escrita, mas do modo como o que está dito estabelece relações de poder e de saber. O discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 2006). Os discursos devem ser compreendidos em sua materialidade, levando em conta as relações históricas, de práticas muito concretas, que estão ‘vivas’ nos discursos (FISHER, 2012).

Desse modo, compreendo que as práticas discursivas moldam nossa maneira de constituir, compreender e falar sobre o mundo ao nosso redor (VEIGA-NETO, 2011). Nesse sentido, não busco através das análises descobrir a ‘verdade oculta’ nos materiais, mas sim tentar compreender “como o conhecimento passa a ser entendido como produto de discursos cuja logicidade é construída” (VEIGA-NETO, 2011, p.92).

Esses conceitos teórico-metodológicos ajudaram a realizar o trabalho de problematização em relação às questões da Rua Fechada, pois, segundo Hüning (2014), a problematização a partir das teorizações foucaultianas permite analisar as condições de possibilidade da constituição dos problemas e das respostas dadas aos mesmos. Para a autora (2014, p. 134), “problematizar não é somente criticar ou formular questões sobre determinado objeto, mas sim mapear o campo onde determinado objeto se torna um problema em nossa sociedade e passa a figurar no discurso científico”.

2.2 MACEIÓ, O PARAÍSO DAS ÁGUAS

Aos domingos, centenas de maceioenses e turistas frequentam a Rua Fechada na orla do bairro da Ponta Verde, onde há cerca de 20 anos a prefeitura da cidade de Maceió interrompe o fluxo de carros das 8 horas da manhã até aproximadamente as 17 horas da tarde, em um trecho de aproximadamente 1 quilômetro da Avenida Silvio Carlos Viana, transformando o local interditado em um espaço de cultura e lazer para alguns moradores da cidade.

Contudo, esse espaço público e gratuito de lazer que ocorre aos domingos vem sendo palco de diversas ações de exclusão e marginalização das populações mais pobres pelos moradores dessa região, pelos órgãos públicos da cidade e pela iniciativa privada. A Rua Fechada está ficando literalmente fechada para certos grupos da população maceioense.

Comecei a me interessar por esse espaço específico da cidade como um lugar para começar a problematizar as questões que envolvem a vida cotidiana na urbe quando, no dia 18 de dezembro de 2016, foi realizado um protesto que ficou conhecido como Rolezinho Contra o *Apartheid*. Esse protesto foi pensado como uma resposta à ocorrência de operações de forte repressão que a Polícia Militar vinha fazendo aos jovens de periferia que tentavam frequentar aquele local. Houve casos⁶ em que a polícia apreendeu cerca de 150 pessoas para a averiguação

⁶ ROCHA, Vinicius. Operação "área de lazer" faz megarevista e apreende 150 pessoas na Rua Fechada, em Ponta Verde. **Tudo na hora**, Maceió, ago. 2016. Disponível em: <http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalle/policia/operacao-area-de-lazer-apreende-150-pessoas-na-orla-de-ponta-verde/?cHash=f1dc623e74d35d971d61d5be4444997a>. Acesso em: 10 nov. 2017.

na delegacia por simplesmente não estarem portando algum documento de identificação no momento em que foram abordados.

A forte presença policial é demandada pelos moradores do metro quadrado mais caro da cidade, que afirmam⁷ a ocorrência de violência, roubos, uso de drogas e até mesmo sexo explícito na orla por parte desses frequentadores indesejados.

Figura 5 – Intensa atividade policial na operação “Área de Lazer” realizada na Rua Fechada



Fonte: Jornal TNH1⁸

O discurso da insegurança vem produzindo uma série de efeitos nas cidades, as práticas de exceção promovidas em nome da segurança são cada vez mais frequentes nos centros urbanos. Entende-se que essas ações policiais e frequentes reclamações dos moradores da orla da cidade de Maceió vêm construindo um muro simbólico entre os moradores da já segregada capital alagoana. Como Caldeira (2000) explica, essas estratégias de construção de muros nas cidades, sejam simbólicos ou materiais, operam de forma muito semelhante, elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos.

⁷ JORNAL EXTRA. Moradores da orla de Maceió cobram mais segurança. **Jornal Extra**, Maceió, ago. 2016. Disponível em: <http://novoextra.com.br/outras-edicoes/2016/883/25356/moradores-da-orla-de-maceio-cobram-mais-seguranca>. Acesso em: 10 nov. 2017.

⁸ ROCHA, Vinicius. Operação "área de lazer" faz megarevista e apreende 150 pessoas na Rua Fechada, em Ponta Verde. **Tudo na hora**, Maceió, ago. 2016. Disponível em: <http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalle/policia/operacao-area-de-lazer-apreende-150-pessoas-na-orla-de-ponta-verde/?cHash=f1dc623e74d35d971d61d5be4444997a>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Com esta pesquisa-caminhada tento problematizar como estamos produzindo o medo e insegurança na cidade, e quais são os efeitos dessa produção tão potente, pois, conforme Reishoffer e Bicalho (2009, p. 425) discutem, “a sensação de insegurança é fortalecida por processos de subjetivação que potencializam a incerteza como principal vetor do controle social e pela repressão a determinados grupos sociais entendidos como ‘classes perigosas’”.

Queremos utilizar esse pequeno espaço da cidade, a ‘Rua Fechada’, como um analisador, que é um conceito oriundo da Análise Institucional Francesa, mas que, segundo Bicalho (2008), é um conceito que propõe colocar em análise instituições e relações naturalizadas através da explicitação de crises e conflitos, o analisador é um recorte “que permite o desbloqueio e o que promove a análise, o que permite condensar o que estava disperso, com o objetivo de fazer emergir um material analisável” (BICALHO;JAGEL; REBEQUE, 2008, p. 419).

A Rua Fechada será o analisador nessa pesquisa, e o utilizarei para questionar a maneira como nos relacionamos com a cidade e como afetamos e somos afetados por ela, pois, como Coimbra (1995, p. 8) aponta:

se os objetos que estão no mundo, nossos sentimentos, percepções e ações são, principalmente, construídos no registro do social pelas práticas dos homens, poderemos com outras práticas produzir outros objetos, outros mundos, outros sentimentos. Isto nos alerta para o que M. Foucault brilhantemente assinalou: nossas ações no mundo não são neutras; elas produzem efeitos poderosíssimos.

É importante demarcar que a proposta da nossa pesquisa não procura uma ‘verdade’ que seja absoluta, objetiva e neutra em relação a esse espaço da cidade, mas sim, busca problematizar e desnaturalizar o que tomamos como normal no cotidiano das cidades contemporâneas.

3 A CRIAÇÃO DE UM INIMIGO

De quem temos medo e como vamos nos proteger? Essa é uma pergunta que tem uma infinidade de respostas possíveis, principalmente se a pensarmos a partir de um viés histórico, no qual com o passar dos séculos nossos inimigos foram mudando de forma, cor e origem. Conseqüentemente, com a mudança dos nossos inimigos houve também mudanças nas formas que encontramos para nos proteger enquanto sociedade e conseguir sobreviver, desfrutando de uma vida longa, próspera e segura. Sendo assim, atualmente, quem são nossos inimigos?

Observando a fotografia a seguir, talvez consigamos ter uma ideia de quem são os nossos inimigos no cotidiano das cidades.

Figura 6 – Operação aérea na Rua Fechada



Fonte: Jornal TNH1⁹

⁹ TUDO NA HORA. Operação faz abordagens a jovens na Rua Fechada; veja vídeo. **Tudo na hora**, Maceió, set. 2017. Disponível em <http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalle/maceio/operacao-faz-abordagens-a-jovens-na-rua-fechada-veja-video/?cHash=b72d1643a0ded21a5c62b40e5db31243>

Essa fotografia faz parte de um conjunto de fragmentos sobre a cidade que quero contar nesse trabalho. Publicada no dia dezoito de setembro de 2017, no site do portal TNH1, um dos maiores veículos jornalísticos da cidade, essa fotografia acompanhava uma matéria sobre uma ação conjunta dos militares do 1º Batalhão da Polícia Militar em conjunto com agentes da Operação Policial Litorânea Integrada (Oplit), e com o apoio do Grupamento Aéreo, que foi realizada na Rua Fechada do bairro da Ponta Verde em um domingo, dia 17 de setembro de 2017, em Maceió,

Segundo as informações da matéria, essa ação foi realizada com o intuito de coibir o tráfico de drogas na região, em que diversas abordagens foram feitas no local com a justificativa de que grupos de jovens que frequentam a Rua Fechada vinham causando confusões no local. Os resultados dessa operação não foram divulgados pelo 1º Batalhão, órgão responsável pela coordenação dessa operação.

Penso que quando militares armados se deslocam em um helicóptero apontando um fuzil para jovens negros de periferia enquanto fazem uma fileira de corpos em posição para serem revistados por policiais, nós já sabemos quem são nossos inimigos e como devemos combatê-los. Mas como nós transformamos esses sujeitos em inimigos a serem combatidos?

Michel Foucault (2005) aponta um importante deslocamento na maneira de como as nações travam suas guerras. Para o autor, com o crescimento e desenvolvimento dos Estados ao longo de toda a Idade Média até o limiar da época moderna, as práticas e instituições voltadas à guerra passaram por uma mudança bastante acentuada e visível, na qual essas práticas e instituições começaram a se concentrar cada vez mais nas mãos de um poder central, nesse caso, o Estado. Isso culminou no fato em que somente os poderes estatais podiam iniciar a guerra e utilizar dos instrumentos de guerra, ou seja, houve uma estatização da guerra.

Essa ‘estatização’ da guerra, segundo o autor (2005), acabou apagando do corpo social a relação de guerra de homem contra homem, de grupo contra grupo, ou o que se poderia chamar de ‘guerra cotidiana’ ou de ‘guerra privada’, já que somente o poder centralizado do Estado era quem ordenava as práticas e instituições de guerra. Isso acabou levando cada vez mais a guerra a existir somente nos territórios de fronteira desses Estados, nos limites exteriores dessas unidades estatais, transformando a guerra em uma relação de violência e ameaça para com outros Estados e grandes nações. Era uma guerra entre fronteiras, na qual o inimigo a ser combatido era o invasor da nação inimiga.

Com essa estatização, pelo fato de que a guerra foi de certo modo, uma prática que já não funcionava senão nos limites exteriores do Estado, ela tendeu a se tornar uma

atribuição profissional e técnica de um aparelho militar ciosamente definido e controlado (FOUCAULT, 2005, p. 55).

Para Foucault (2005), foi nesse período que se deu o aparecimento do Exército como instituição, pois, no fundo, o Exército não funcionava como tal na Idade Média. É somente na saída da Idade Média que um Estado dotado de instituições militares vem emergir e substituir a prática cotidiana da guerra em uma sociedade eternamente perpassada por relações guerreiras. Mas, para Foucault (2005), essa mudança no funcionamento da guerra acabou produzindo um paradoxo, pois quando a guerra foi realocada para os limites territoriais dos Estados um novo discurso começou a aparecer e ganhar força.

Do que se trata esse novo discurso? Foucault (2005) afirma que esse novo discurso é o primeiro discurso histórico-político sobre a sociedade e que difere muito do discurso filosófico-jurídico que se costumava produzir nesse período histórico. Esse novo discurso é “um discurso sobre a guerra entendida como relação social permanente, como fundamento indelével de todas as relações e de todas as instituições de poder” (FOUCAULT, p. 56).

Esse discurso traz a ideia de uma sociedade que vive em uma guerra constante de uns contra os outros, mas nesse sentido é importante entender que aqui a guerra não significa o contrário da paz, ou a paz como sendo um período pacífico após o encerramento de uma guerra. Para Foucault (2005), ao contrário do discurso filosófico-jurídico da época que pregava que era na paz que se conseguia organizar a estrutura político jurídica do poder, dos Estados e monarquias devido ao cessar das armas, nesse novo discurso histórico político nós estamos sempre em guerra, nossa sociedade, nossas leis e nosso Estado são moldados a partir da dinâmica belicosa da guerra.

A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo (FOUCAULT, 2005, p. 58-59).

Esse novo discurso nos permite olhar as lutas políticas da nossa sociedade, as disputas de poder dos diferentes grupos que compõem nosso corpo social como continuações da guerra. Invertendo a clássica proposição de Clausewitz, “a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios” (citado por FOUCAULT, 2005, p.22), o autor nos sugere pensar que “a política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, p. 22), ou seja, a guerra é a matriz de inteligibilidade para entender as relações de poder da nossa sociedade.

Para Foucault (2005), esse discurso da guerra perpétua acaba construindo uma estrutura binária que perpassa a sociedade, no qual existem dois grupos, duas categorias de sujeitos, dois exércitos sempre em confronto. No entanto, para o autor, nessa guerra permanente os inimigos estão sempre nos ameaçando, por isso não poderemos vencer através de uma reconciliação ou um tratado de paz, essa guerra só poderá ser vencida com o extermínio do inimigo, só assim seremos vencedores. Essa guerra é a guerra das raças.

3.1 BIOPOLÍTICA URBANA

Para conseguirmos compreender os efeitos da chamada guerra das raças e como isso acabou produzindo um racismo de Estado é importante entendermos a noção de biopolítica trabalhada na obra de Michel Foucault. Segundo Pelbart (2011), o termo biopolítica aparece pela primeira vez na obra de Foucault, numa conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1974, intitulada *O Nascimento da Medicina Social*. Dois anos depois, Foucault retoma a discussão do termo biopolítica, no último capítulo de seu livro *A Vontade do Saber*, capítulo intitulado *Direito de Morte e Poder sobre a Vida* e publicado em 1976, mesmo ano em que ministrou um curso, no Collège de France, cuja última aula foi publicada posteriormente no livro *Em Defesa da Sociedade*, em que situava a biopolítica como parte de uma nova estratégia mais ampla, o biopoder.

Nesses textos, Foucault (1979; 2005; 2012) vai apontar a partir do contexto europeu, uma passagem gradativa de uma sociedade baseada em um poder soberano para a construção de uma nova sociedade que se baseia no biopoder como paradigma de funcionamento. Foucault (2005) caracteriza o poder soberano como um poder sobre o direito de vida e morte, um poder sobre a vida porque era o soberano quem decidia quem deveria morrer ou não, o soberano exercia seu direito sobre a vida exercitando o direito de matar, “é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito da espada” (FOUCAULT, 2005, p. 287). Nessa lógica soberana a morte está intimamente ligada ao soberano, ao poder e ao direito, pois o súdito deve sua vida e a sua morte a vontade do soberano.

Esse poder soberano sobre vida e morte é o que Foucault (2012) caracteriza como um direito de fazer morrer ou de deixar viver. Nesse momento histórico, “o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos, e, finalmente da vida, culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2012, p. 148). A morte é o que marca o funcionamento desse poder, e o território

era o objeto de maior valor ao soberano, era o território que precisava ser conquistado e defendido.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, houve uma mudança no regime geral do poder. Essa mudança ocorre quando o regime da soberania, que no fundo funciona como um mecanismo de retirada e extorsão, seja da riqueza, dos bens, do trabalho ou do sangue passa a funcionar na base da incitação, do reforço, da vigilância, buscando uma otimização das forças (PELBART, 2011).

Nessa mudança, o poder que era de certo modo ‘negativo’, pois estava focado na restrição e limitação começa a se transformar em um poder ‘positivo’, cujo objetivo é gerar vida ao invés de tentar destruí-la. A morte, nesse regime de poder, só pode ser acionada quando se coloca a vida em risco. É em defesa da sociedade que a morte pode ser chamada a fazer parte das estratégias de poder. A morte entra no cenário para defender a vida.

Segundo Pelbart (2011, p. 56), “curiosamente, é quando mais se fala em defesa da vida que ocorrem as guerras mais abomináveis e genocidas – o poder de morte se dá como um complemento de um poder que se exerce sobre a vida de maneira positiva”. Nas palavras de Foucault (2005, p. 287),

[...] uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer.

É importante situar para a compreensão do nosso trabalho que quando falamos em morte não estamos nos referindo exclusivamente a uma morte física do corpo, estamos falando também de uma morte de subjetividades, de diferentes possibilidades de existência. É um ‘deixar morrer’ que abandona a potência de vida de várias populações que acabam culminando em mortes físicas e subjetivas devido ao descaso com essas vidas.

Porque, no fundo, essa lógica do ‘fazer viver e deixar morrer’ que se introduz nos mecanismos estratégicos do Estado acaba decidindo quem deve ser incluído e excluído dos cuidados do Estado, quem deve ou não ser reconhecido enquanto ser humano detentor de direitos a serem respeitados. Essa lógica decide quem é digno de viver nas cidades e quem deve ser excluído e morto para que essa população digna da vida possa se perpetuar com saúde e segurança. Isso é a biopolítica.

Diferente de Michel Foucault, o filósofo italiano Giorgio Agamben defende que não foi só no século XVIII que essa tomada da vida pelo poder passou a fazer parte da maneira que os Estados se organizam. Para Agamben (2010), o poder sempre se sustentou nessa relação de disputa entre as vidas dignas de serem vividas e das vidas menos importantes, que precisam ser eliminadas, as vidas matáveis.

Agamben (2010) vai resgatar esse funcionamento biopolítico na antiguidade através dos gregos, pois eles não tinham um termo único para exprimir o que hoje entendemos pela palavra ‘vida’. Os gregos faziam uma separação entre os termos *zoé*, que significava o simples fato de viver que é comum a todos os seres vivos, sejam eles animais, homens ou deuses, e o termo *bios*, que indicava a maneira de viver própria de um indivíduo ou um grupo, ou seja, uma vida digna e politicamente qualificada (AGAMBEN, 2010).

Essa distinção entre a simples vida natural, a vida nua e a vida qualificada e digna de ser vivida também ocorria nos espaços, pois os gregos destinavam o lugar da *zoé* na *oikía*, que significava casa; já o lugar da *bios* era a *polis*, a cidade (AGAMBEN, 2010), ou seja, a *zoé* ou a vida nua, está sempre submetida a uma outra vida, a vida digna, a vida do sujeito da *polis*.

Para Agamben (2010), é nessa cisão que o poder se constitui, de um lado, a ‘vida nua’, que é uma vida desqualificada politicamente, uma vida puramente biológica e que tem sua existência submetida aos arbítrios de uma vida soberana e digna. “O poder político que conhecemos sempre se funda, ao contrário, em última instância, na separação de uma esfera da vida nua do contexto das formas de vida” (AGAMBEN, 2015, p. 14). Vida nua e poder soberano, são esses os elementos que constituem toda a vida política do ocidente desde a Antiguidade.

Aqui tomamos o pensamento de Agamben para problematizar como o poder soberano ainda opera na nossa política, pois, ao contrário de Foucault (2008), Agamben (2010) argumenta que existe uma continuidade oculta das práticas soberanas no exercício do biopoder, pelo menos no que se refere às relações de poder que afetam a vida nua (PELBART, 2011).

[...] A implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário — ainda que encoberto — do poder soberano. Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua [...] (AGAMBEN, 2010, p.14).

A vida nua é o conceito que faz a intersecção entre a soberania e a biopolítica e, com isso, Agamben (2008) consegue nos alertar como todo regime político contemporâneo, sejam

os regimes totalitários ou os democráticos estão marcados por práticas de poder soberanas, e como sempre a vida nua está sujeita a esse poder de morte e extermínio. Inspirado pelo pensamento de Walter Benjamin, Agamben cita a seguinte passagem da oitava tese sobre o conceito de história desse autor. “A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção de qual vivemos é a regra. Devemos chegar a um conceito de história que corresponda a esse fato (BENJAMIN, 1987, p. 226).

Ancorado nesse pensamento, Agamben nos instiga a pensar como os Estados democráticos legitimam suas ações através de um caráter emergencial em nome da defesa da vida. E que esse caráter de urgência é construído e explorado pelos Estados para justificar uma série de ações violentas que tem como alvo essas vidas nuas, portanto, a violência soberana para com os oprimidos não é uma exceção, é a regra, é o que constitui o poder do Estado.

3.2 RACISMO DE ESTADO COMO PARADIGMA PARA AS CIDADES

A partir de um dos fragmentos, gostaria de dar visibilidade à maneira como essa lógica biopolítica de ‘fazer viver e deixar morrer’ acaba operando no nosso cotidiano urbano.

Figura 7 – Jovens sendo revistados pela Polícia



Fonte: fotografia cedida por Italo de Almeida Dantas Filho

Essa fotografia foi capturada na Rua Fechada durante uma das várias revistas policiais que são feitas aos jovens de periferia que frequentam esse local. Conseguimos visualizar de maneira explícita, quem pode ou não circular nos espaços considerados nobres da cidade. Podemos também perceber quais são os sujeitos que são protegidos pelo aparato policial da cidade e quem são os sujeitos de quem devemos nos proteger. Para existirem vidas que possam transitar livremente pela cidade, precisam existir aquelas vidas menos importantes que devem ser barradas em nome da nossa segurança, essa prática é o que Michel Foucault (2005) vai nomear de racismo de Estado.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2017, p. 128).

A guerra das raças, conceito que já discutimos anteriormente, essa prática de guerra que foi concebida e praticada durante o século XVIII, não vai desaparecer, mas vai ser capturada em algo bastante diferente, que é o racismo de Estado (Foucault, 2005). Para Mbembe (2017), mais do que a luta de classes como ideologia que define a história da humanidade, a raça é que sempre estava presente no pensamento e nas práticas políticas do Ocidente, principalmente nos processos de desumanização e massacre dos povos estrangeiros.

Para o autor, o “racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder [...] Na economia do biopoder a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2017, p.128). É importante situar que quando Foucault fala sobre raça e racismo ele não especifica quais são os grupos étnicos que são alvos dessas funções assassinas do Estado, e, por isso, consideramos relevantes colocar o contexto brasileiro em análise para problematizar o ‘racismo à brasileira’.

Concordamos com Mbembe (2018) quando ele afirma que a raça não existe enquanto um fato natural físico ou genético, mas sim, enquanto uma ficção bastante útil e complexa, que produz temores e tormentos. É um dispositivo que maneja o terror, pois constitui o outro não como um semelhante a nós mesmos, mas sim como um objeto ameaçador, que nos dá medo e faz com que tenhamos pesadelos. É um objeto do qual nós devemos nos proteger, ou

simplesmente destruir, caso ele não consiga ser controlado. No Brasil, essa figura de quem devemos nos proteger é o negro.

Enquanto instrumentalidade, a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente e o associar ao desperdício e ao dispêndio sem reservas. É o que autoriza a situar, em meio a categorias abstratas, aqueles que se procura estigmatizar, desqualificar moralmente e, eventualmente, internar ou expulsar (2018, p. 73-74).

Colocar a raça em debate a partir de Mbembe é um elemento importante, pois nos ajuda a pensar os efeitos biopolíticos que o Estado brasileiro vem produzindo em suas políticas. Segundo Bento (2018), no Brasil, o Estado é um agente fundamental no que se refere a distribuição diferenciada do reconhecimento de humanidade. Para a autora, os conceitos de necropoder, discutido por Mbembe, e de biopoder, discutido por Foucault, são indissociáveis na hora de pensar a relação do Estado com as populações que habitam o Estado-nação. Segundo a autora, para existir a governabilidade, é preciso produzir sistematicamente zonas de morte. Bento argumenta que governabilidade e poder soberano não são formas distintas de poder, pelo contrário, elas demandam uma dependência contínua, pois, “na história brasileira do Estado, ‘dar a vida e dar a morte’ não podem ser pensados separadamente” (BENTO, 2018, p.3)

Bento (2018) se distancia das proposições de Michel Foucault quando questiona a formulação ‘fazer viver, deixar morrer’ defendida pelo mesmo, pois, ‘deixar’, segundo a autora, é um verbo que sugere um Estado que não tem participação no desenvolvimento de políticas de morte, e na verdade, como defende Bento, existe uma incessante e contínua política de fazer morrer, com técnicas muito planejadas e sistemáticas.

A partir desses questionamentos podemos pensar rapidamente em algumas políticas de extermínio da população negra que são reificadas pelo Estado brasileiro, como a morte da população carcerária ou a violenta política de ‘guerra às drogas’ praticada no país. Segundo Bento, “os rituais e ritos de eliminação do Outro podem mudar. O extermínio da população indígena, por exemplo, segue ritos de morte diferentes dos conhecidos pela população carcerária que, por sua vez, diferem dos cometidos contra as pessoas trans” (BENTO, 2018, p. 5).

Nessa lógica de produzir morte em nome da vida, a guerra das raças é capturada pelo aparelho estatal e se reconfigura como um princípio na forma de governar através desse racismo de Estado. Agora, a segurança da população passa a ser responsabilidade do Estado e tudo aquilo que pode ser considerado uma ameaça a vida, como doenças, guerras, criminalidade e etc. passam a ser regulados pelo aparelho estatal.

O Estado tem que estar preparado para agir com eficiência e tomar decisões necessárias para garantir a segurança da sua população mesmo que isso signifique burlar leis ou criar exceções. Tudo pode ser feito em nome da defesa da sociedade. Concordamos com Mbembe (2018) quando ele afirma que da maneira que fazemos política no nosso mundo, as relações entre morte e vida estão cada vez mais estreitas, tornado mais difícil delimitar suas fronteiras de atuação.

Sobre esse último ponto, gostaríamos de trazer outros dois fragmentos que nos ajudam a pensar a maneira que o estado passa por cima de certos direitos democráticos em nome da segurança de um determinado segmento da população. Uma matéria publicada no Jornal TNH1 no dia 29 de agosto de 2016, fala sobre uma operação intitulada “Área de Lazer” realizada pela Polícia Militar na região da Rua Fechada. Essa operação apreendeu para averiguação um total de 45 adultos e 85 adolescentes que frequentavam o local, sob a alegação de não estarem portando nenhum documento de identificação no momento em que foi feita a abordagem.

“A Polícia Militar utilizou um micro-ônibus e uma van para transportar as pessoas para averiguação na base da Oplit. De acordo com o coronel Albuquerque, o critério utilizado para as abordagens são pessoas que aparentam estar usando entorpecentes, que tenham tatuagens e que estejam vestindo camisa de torcidas organizadas. “São pessoas que só vão para a orla para a prática de delitos”, afirma.

Perguntando sobre a obrigatoriedade da posse de documento de identificação, o coronel afirmou que não é crime estar sem o documento, mas que “todo cidadão deve estar com documento com foto para que possamos comprovar a idade e, lógico, para que ele seja colocado à disposição da Polícia Civil. Não é crime, mas ele pode ser conduzido para delegacia para averiguação”, explica”¹⁰.

Paradoxalmente à afirmação do coronel, em uma matéria publicada alguns meses depois, onde se denuncia a maneira truculenta que a polícia vem fazendo revistas a jovens negros, da periferia e vestidos de camisas de time, a afirmação do secretário de segurança pública de Alagoas é de que a polícia aborda todas as pessoas, sem distinção de cor e raça. Segundo o secretário:

“A polícia cumpre seu papel de forma indiscriminatória. O que não pode é algumas pessoas criarem ideias distorcidas para atrapalhar um trabalho que visa apenas combater o que é errado,

¹⁰ Idem nota de rodapé 7.

evitar problemas conseqüências mais graves. A Segurança Pública continuará primando pelo que é correto e quem anda dentro da lei não vai se incomodar.”¹¹

Em outra matéria publicada no site da Polícia Militar de Alagoas, em 18 de agosto de 2015, lê-se que uma força tarefa de 100 profissionais das Polícias Militar e Civil, Guarda Municipal, Superintendência Municipal do Controle e Convívio Urbano (SMCCU) e da Superintendência Municipal da Infância e da Juventude realizaram uma outra operação na Rua Fechada cujo objetivo principal era ampliar a segurança na região. Segundo o coordenador dessa operação, o comandante da Rádio Patrulha:

“Nossa ação salvaguarda a ordem pública e o processo de construção da paz social. Muitos jovens e crianças frequentam este espaço e precisam não só de uma área de lazer, mas também de um local saudável para bons momentos em família”¹².

Figura 8 – Ação policial revista jovens na orla



Fonte: Site da Polícia Militar de Alagoas

¹¹ Trecho retirado da matéria feita pelo jornal G1: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/12/operacao-sossego-apreende-drogas-na-rua-fechada-na-ponta-verde.html>

¹² Trecho retirado da seguinte publicação:

http://www.pm.al.gov.br/intra/index.php?option=com_content&view=article&id=7442:operacao-integrada-na-area-de-lazer-da-ponta-verde-reforca-seguranca-no-local&catid=5:policial&Itemid=78

Esses fragmentos nos falam de uma população da qual devemos nos proteger, custe o que custar, para que possamos salvaguardar a ordem pública e a paz social. Mas é importante atentar para um caráter de ‘exceção’ nesses casos. Não estar portando documentos de identificação não é considerado crime, exceto para uma parte da população: os jovens de periferia que tentam fazer uso da orla da cidade. Em nenhuma das fotos publicadas nos jornais vemos alguém aparentar ser de classes sociais mais altas estarem em um paredão de corpos esperando serem revistados por policiais.

3.3 UM LAZER EM FAMÍLIA

A partir dos fragmentos analisados é importante destacar como a Rua Fechada é um local da cidade que é apresentado como um lugar para o lazer das famílias. O enunciado sobre esse espaço da cidade ser um local familiar é recorrente nos materiais encontrados, principalmente em materiais divulgados pela prefeitura e hotéis da região. Mas de quais família estamos falando?

*“Queremos **garantir às famílias** um espaço seguro e organizado para a diversão e o lazer, além de levar o maceioense para aproveitar os domingos na orla com opções ao ar livre”¹³.*

*“O projeto da Rua Fechada é uma iniciativa que consiste em um fechar um trecho de trânsito da Av. Sílvio Vianna, a 1,2km de nosso hotel, na orla de Maceió, impedindo a passagem de carros e proporcionando espaço para caminhadas, prática de esportes e **lazer para famílias**”¹⁴.*

*“Aos domingos, o trânsito na avenida Sílvio Vianna, Ponta Verde, é fechado das 8h às 17h **para que as famílias** possam praticar diversos esportes ao ar livre”¹⁵.*

Entretanto, fui percebendo que algumas violências vão sendo legitimadas em nome desse lugar familiar, pois existem alguns inimigos que ameaçam a tranquilidade e segurança das famílias. Nos parece que não são todos que podem usufruir de um local saudável para bons momentos em família.

“Enquanto caminhava, me deparei com algumas situações curiosas. Pessoas com cadeiras de praia, que não pareciam ser dessas que costumamos alugar com os ambulantes quando vamos à praia, já que estava fora da região que se costuma fazer isso. Ao lado da cadeira sempre uma caixa térmica, lotada de cerveja e outras bebidas, e por vezes acompanhado uma caixa de som bluetooth tocando música. Normalmente essas pessoas não

¹³ MACEIÓ. Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social. Prefeitura amplia e reorganiza Domingo de Lazer na Rua Fechada. **SEMSCS**, Maceió, set. 2018. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/2018/09/prefeitura-amplia-e-reorganiza-domingo-de-lazer-na-rua-fechada/>. Acesso em: 13 out. 2018.

¹⁴ HOTEL PORTO DA PRAIA. **Maceió**: Domingo é dia de Rua Fechada, na Ponta Verde. Disponível em: <https://www.hotelportodapraia.com.br/2018/02/rua-fechada-na-ponta-verde-maceio/>. Acesso em: 13 out. 2018.

¹⁵ TROPICALIS HOTEL. **Ar Livre em Maceió**. Disponível em: <https://www.tropicalishotel.com.br/2018/05/16/ar-livre-em-maceio/>. Acesso em: 13 out. 2018.

estavam na faixa de areia, estavam no espaço da Rua Fechada próximo às bancas de revistas, no canteiro etc.

Durante o tempo em que perambulei pelo trajeto, a maioria das pessoas que eu vi que estavam fazendo isso era homem, branco, que já aparentava uma certa idade ou pequenos grupos que pareciam serem famílias se reunindo na praia. Mas era uma situação curiosa porque me pareceu que para essas pessoas a praia funcionava como uma extensão da residência delas, como se fosse um quintal. E isso parecia tão normal que as pessoas que transitavam por ali não davam muita atenção para a situação. Imagino que talvez uma das funções do espaço público seja o de expandir um pouco a nossa casa, com muitos limites, claro, mas com a função de entender a cidade como nossa e poder habitá-la, ocupá-la de maneiras diferentes. Mas o ponto ao qual eu quero chegar é que isso não é para todo mundo.

Ao mesmo tempo que era muito natural esses senhores saírem de seus apartamentos na orla, com suas cadeiras, cervejas e dispositivos de som e ninguém se incomodar, também era muito natural os olhares reprovadores para grupos de jovens que faziam basicamente a mesma coisa, mas em condições diferentes”¹⁶.

Parece existir uma distinção no tratamento de como determinados sujeitos ocupam o mesmo território. Enquanto alguns corpos são bem-vindos e incentivados a ocupar cidade, outros são vistos como desordeiros cujas atitudes promovem a bagunça e a insegurança no espaço público. Quais elementos são utilizados para fazer essa separação?

Coimbra e Nascimento (2008) aponta como no Brasil durante o século XX foram produzidas subjetividades que caracterizaram a população infanto-juvenil das camadas populacionais mais pauperizadas como sujeitos perigosos, violentos, vinculados ao crime e muitas vezes vistos como não humanos.

Com isso vai se configurando para os filhos da pobreza duas classificações: a infância em perigo — aquela que ainda não delinuiu, mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada — e a juventude perigosa — aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 2).

Para as autoras (2008), desde o início de século XX foram produzidos diversos dispositivos sociais que construíram subjetividades em que a ideia de ter uma família organizada e de possuir um emprego fixo se tornou critério de reconhecimento, legitimação

¹⁶ Trecho retirado da deriva de número 2.

social e direito à vida. Já aqueles que desviavam dessas características eram vistos com desconfiança pela sociedade, constantemente evitados e afastados, entrando numa legião de pessoas consideradas perigosas e que até mesmo precisavam ser exterminadas (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008).

Esse pensamento legitimou até mesmo a construção das leis que regulavam os direitos da criança e do adolescente, pois até 1990 os profissionais que trabalhavam nessa área apoiavam suas ações com base no Código de Menores de 1927 e em sua posterior reformulação, em 1979. Segundo Coimbra e Nascimento (2008), essas legislações colocavam no terreno da imoralidade e da anormalidade, os modos de vida das famílias pobres, e que assim se justificava a ação do Estado em tomar para si a tarefa de cuidar desses sujeitos da forma que considerasse melhor. Eram leis que sofriam influência direta do higienismo social e das teorias racistas e eugênicas da época.

Esse vínculo entre pobreza, juventude negra e violência opera no imaginário social e produz efeitos bastante nefastos. Naturaliza a criminalização dessa população, o extermínio cotidiano de crianças e jovens negros e pobres e uma série de outros preconceitos legitimados por essa associação.

Existe um racismo de Estado operando no nosso cotidiano, na maneira como organizamos nossas cidades e na nossa política de segurança. E esse racismo funciona, como afirma Foucault (2005), como um poder de corte, que separa os corpos que devem viver e prosperar daqueles que devem ser excluídos e abandonados à morte.

Toda essa produção discursiva que constrói sujeitos perigosos nos faz pensar o quanto o corpo é um elemento crucial na vida urbana, pois como já explicitado anteriormente, o uso de tatuagens e camisas de torcida organizada são critérios explicitamente adotados pela polícia para abordagens de determinadas pessoas, sendo que não são todas as pessoas que possuem tatuagens e que estão vestidas com camisas de times que são revistadas e barradas de estar ali pela polícia.

Eu tenho meu corpo marcado por tatuagens, a cor da minha pele é muito semelhante à de vários jovens que observei sendo revistados durante minhas derivas e mesmo assim eu nunca fui parado por um policial e nem cheguei a pensar que isso poderia acontecer.

Cheguei na Rua Fechada pela tarde, e logo notei algumas mudanças quando comecei a caminhar. Vários cones separavam a avenida em diversos locais da rua fechada, e havia um pôster explicando o porquê desses novos cones, era um novo projeto da prefeitura para tentar

setorizar a rua fechada e determinar espaços específicos para cada mobilidade de lazer, um lugar para as bicicletas, outro pros skatistas, outro para as crianças e assim sucessivamente. O curioso é que essa tentativa de colocar cada um no seu quadrado não estava surtindo muito efeito, já que todo mundo transitava por onde queria, a única diferença era a presença de dezenas de cones laranjas no decorrer da avenida.

Não entendi a necessidade de fazer essa demarcação territorial, mas era interessante observar o quanto ela não era respeitada. Os espaços têm uma vida própria, e é difícil de domesticar. Também percebi que o trecho da rua fechada, que já foi anteriormente reduzido, voltou a sua extensão original, até o Alagoinhas. A prefeitura afirma que aumentou o espaço, porém, o que fizeram foi somente deixar ao seu tamanho inicial.

Já no final da tarde, quando o fluxo de carros estava prestes a voltar a funcionar, eu me deparei com uma cena bastante emblemática. Próximo ao horário de encerramento da Rua Fechada é comum que vários carros da guarda municipal circulem no espaço com o intuito de recolher o material deixado, como cones, placas etc., e também para ir avisando aos frequentadores que o fluxo de carros está para voltar. Entretanto, presenciei uma cena muito peculiar, uma mulher branca e alta, que vestia uma saía de praia vermelha esvoaçante estava caminhando bem lentamente no meio da avenida com seu cachorro minúsculo, e logo atrás dela um carro da Polícia Militar estava chegando ao seu encontro, pois estava fazendo o trajeto de encerramento da Rua Fechada.

O curioso foi que ao chegar por trás da mulher, que andava distraidamente no meio da avenida, o carro não emitiu som nenhum, não buzinou, não emitiu nenhum sinal de aviso, ele simplesmente ficou acompanhando os lentos passos da mulher de vermelho, que tranquilamente desfrutava da beleza da orla junto ao seu cachorrinho. Depois de algum tempo o carro da polícia recuou e desviou da mulher e seu cachorro novamente sem emitir nenhum som ou reclamação.

Achei essa cena bastante emblemática porque aquele tratamento não era destinado a todo mundo, enquanto alguns jovens são verbalmente expulsos daquele local, mesmo estando no período destinado ao lazer, outros sujeitos, como essa mulher, não recebem uma buzinação de advertência, nem um alerta, nada. As instituições de ordem escolhem quais sujeitos devem passar por cima e quais não devem importunar e atrapalhar sua caminhada¹⁷.

¹⁷ Trecho retirado da deriva de número 9.

Existe algo no meu corpo e no de muitas outras pessoas, como a da mulher de vermelho, que fazem com que não nos enxerguem como perigosos, porém, outros corpos são marcados como corpos violentos, eles se tornam uma superfície de inscrição dos discursos racistas e dos saberes higienistas.

Não podemos deixar de entrever que as violências e violações de direitos, cometidas seja pelo Estado através de sua força de polícia, seja pelos seus outros cidadãos, efetivam-se no corpo. O alvo de suas investidas em diferentes práticas de agressão e violação tem o corpo como lugar e espaço para sua realização plena. Algo que não podemos deixar de apontar é esse aspecto, pois em última instância ele aponta-nos os modos como as relações de poder incidem nos corpos humanos vivos, tanto a partir das disciplinas e das biopolíticas como tecnologias sofisticadas dessa modalidade de poder, quanto a truculência das práticas de extermínio, violação e desaparecimento de corpos e de vidas na cidade (SILVA, 2018, p. 132-133).

Estamos olhando para alguns corpos e apagando qualquer rastro de singularidades que eles possam carregar. Optamos por olhar esses corpos através das câmeras de segurança, de dados estatísticos ou do alto do céu com um fuzil apontado para eles. Borramos os seus rostos e produzimos massas homogêneas de corpos que devemos temer.

3.4 CIDADE-CURRAL

Em nossas cidades, existe uma política violenta e segregacionista que se assemelha bastante ao que Mbembe (2018, p. 74) descreve como ‘a lógica do curral’. Para o autor, “historicamente, a raça sempre foi uma forma mais ou menos codificada de divisão e organização das multiplicidades, fixando-as e distribuindo-as ao longo de uma hierarquia e repartindo-as dentro de espaços mais ou menos estanques – a lógica do curral.” Foi essa lógica que operou nos regimes de segregação.

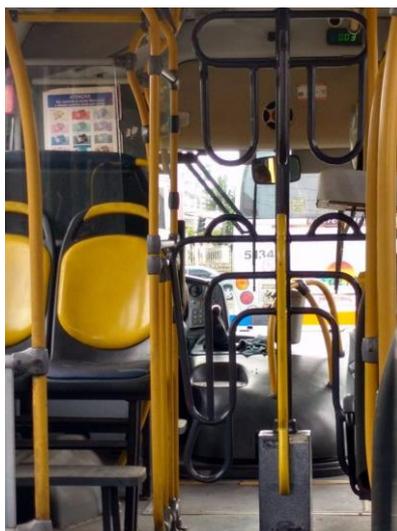
Mbembe (2018) afirma que na era da segurança a raça é o que permite identificar e definir os grupos populacionais que podem apresentar riscos à segurança. Essa lógica de curral auxilia nos processos de racialização cujo objetivo principal é demarcar esses grupos populacionais, pois assim fixam o mais precisamente possível quem pode ou não circular e ocupar os espaços, tudo para que se possa assegurar e garantir a segurança e afastar qualquer ameaça à vida (MBEMBE, 2018).

Trata-se de fazer a triagem desses grupos populacionais, marcá-los simultaneamente como espécies, ‘séries’ e casos’, dentro de um cálculo geral do risco, do acaso e das probabilidades, de maneira a poder prevenir perigos inerentes a sua circulação e, se possível, neutralizá-los antecipadamente, no mais das vezes por meio da imobilização, do encarceramento ou da deportação

[...] A raça é ao mesmo tempo ideologia e tecnologia de governo (MBEMBE, 2018, p. 74-75).

As práticas de segregação enfrentadas pelos jovens da periferia que tentam circular na cidade não são nenhuma novidade. Desde 2017 as frotas de ônibus da cidade têm tido suas catracas modificadas para terem mais de 2 metros de altura para coibir a entrada de pessoas que não tinham como pagar as passagens de ônibus, em sua maioria, homens, jovens e negros que pulavam a catraca. Essa ‘gaiola’ de 2 metros de altura — que por sinal a Justiça já mandou proibir o funcionamento dessas catracas, porém elas continuam nos ônibus — também é justificada em nome da segurança, já que segundo a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) *“a ideia é coibir os roubos e dificultar a “malandragem” de quem pulava a catraca para não pagar a passagem ou mesmo agredir o cobrador”*¹⁸.

Figura 9 – Novas catracas dos ônibus da cidade de Maceió



Fonte: Jornal Alagoas 24 horas¹⁹

Maceió é uma cidade que vem demarcando cada vez mais a segregação socioespacial como uma prática de governo. A orla nobre da cidade não é lugar para os corpos negros e pobres circularem e habitarem livremente. São corpos que devem ser expulsos para que sua presença não incomode os olhos de uma elite, devem ser combatidos em nome da segurança e precisam

¹⁸ RODRIGUES, Milton. Passageiros não aprovam catracas duplas em ônibus e cobram retirada. **Alagoas 24 horas**, Maceió, out. 2017. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1100368/passageiros-reclamam-da-inaccessibilidade-de-catracas-duplas-instaladas-em-onibus/>. Acesso em: 13 out. 2018.

¹⁹ RODRIGUES, Milton. Passageiros não aprovam catracas duplas em ônibus e cobram retirada. **Alagoas 24 horas**, Maceió, out. 2017. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1100368/passageiros-reclamam-da-inaccessibilidade-de-catracas-duplas-instaladas-em-onibus/>. Acesso em: 13 out. 2018.

ser demolidos em nome do progresso, ou só podem circular para trabalhar, varrer as ruas, vender, carregar cadeiras de praia, etc., e, de preferência, uniformizados para que sejam identificados como trabalhadores.

É importante ressaltar que até agora boa parte dos fragmentos apresentados são provenientes de matérias jornalísticas de grandes veículos de informação da cidade de Maceió, são de origem midiática. Nesse sentido, concordamos com Coimbra (2001, p. 29) quando ela afirma que “a mídia é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas de significação e interpretação do mundo e que os meios de comunicação ‘falam pelo e para os indivíduos’”.

Para a autora (2001), esse aparato midiático nos indica sobre o que pensar e o que sentir, pois a mídia não produz apenas o ‘real’, mas ela é responsável por nos indicar com que prioridade nós temos que lidar com essa realidade, quais são os fatos que devemos ignorar e quais o outros que devemos focar nossa atenção para opinar, discutir e agir, ou seja, quais são os assuntos importantes no cotidiano das nossas vidas.

Nesse trabalho, nós partimos do mesmo pressuposto foucaultiano indicado por Coimbra (2001, p. 38):

o mundo, os objetos que nele existem, os sujeitos que nele habitam e, portanto, a realidade são produções histórico-sociais, não tendo uma existência em si, uma essência ou natureza. Eles são, pois, forjados historicamente por práticas que os objetivam e que são muito bem datadas'. A realidade — enquanto produção histórica, não existindo em si e por si — está sempre sendo construída pelas práticas sociais, como um trabalho jamais acabado.

Tendo esse pressuposto como uma das linhas que norteiam as análises aqui apresentadas, entendo que esses fragmentos constroem verdades como em situações quando os responsáveis por essas operações afirmam que o foco da polícia são os jovens com camisa de torcida organizada e com tatuagens, pois são eles quem vêm para orla cometer delitos e desestabilizar a ordem pública e a paz social.

Esses discursos produzem realidade, uma realidade violenta e segregada para alguns segmentos da população. Existe toda uma construção da figura do inimigo de quem devemos nos proteger, e ela opera de forma bastante eficiente. Para tentar visibilizar os efeitos dessa produção trouxe alguns trechos dos diários de campo escritos a partir das derivas realizadas na Rua Fechada.

“Era muito comum, enquanto eu caminhava e avistava alguns pequenos grupos de jovens, em sua maioria negros e de periferia, perceber a quantidade de olhares nada amigáveis que eram voltados para esses grupos. Eram olhares que expulsavam, que denotavam um misto de medo e asco em relação a essas pessoas. Sei que é bastante subjetivo interpretar esses olhares dessa maneira, já que são atos tão sutis (às vezes nem tanto). Mas era uma situação bastante angustiante, e o pior de tudo é que tive a sensação de que eles estavam tão acostumados com esses olhares que nem se importavam mais.

Acho que ainda estou tendo bastante dificuldade de entender um pouco a proposta deriva, mas começar a olhar a cidade não mais a partir do espetáculo está me fazendo enxergar que a orla considerada várias vezes como a mais bonita do país tem muita sujeira em suas areias brancas”²⁰.

Durante minhas idas à Rua Fechada frequentemente percebia a diferença na maneira como as pessoas eram tratadas naquele local. Devido a toda construção que os habitantes da cidade têm em torno da figura do jovem negro, que normalmente é visto como um ‘suspeito’ e que deve ser evitado, uma série de práticas de exclusão e violência podem ser legitimadas para se manter a segurança dos espaços públicos urbanos. Como Coimbra (2001, p.58) afirma, “a modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria — já que não pode mais ser escondida e/ou administrada — deve ser eliminada”. Eliminação essa, como argumenta a autora (2001), não pela superação, mas pela via do extermínio daqueles sujeitos que dão visibilidade a essa pobreza, que incomodam os olhos, ouvidos e narizes das populações mais ricas.

Esse ‘tratamento diferenciado’ não ocorria só por uma violência subjetiva, como olhares de medo e repulsa, mas também de maneiras muito concretas e materiais, como na situação a seguir.

“Ela me contou que estava com o namorado caminhando pela Rua Fechada quando percebeu que circulavam algumas motos da Rádio Patrulha que estavam tentando intimidar alguns adolescentes que estavam no local. Eram jovens negros, com roupas ‘de periferia’, o estereótipo clássico da personificação do medo para alguns cidadãos maceioenses. Ela me disse que os agentes nas motos estavam abordando os grupos de jovens mandando-os irem embora daquele local porque eles não podiam ficar circulando ali, segundo os agentes.

²⁰ Trecho retirado da deriva de número 2.

Minha amiga comentou que estava esperando também ser abordada junto ao namorado, imaginando que essa expulsão seria por causa da volta de circulação de veículos e que, portanto, todo mundo deveria sair da rua. Só que ela percebeu que apenas esses grupos específicos de jovens eram abordados. Os grupos de turistas, majoritariamente compostos por pessoas brancas, não eram alvos dessa expulsão pela RP. Ao continuar o trajeto minha amiga percebeu que as abordagens se intensificaram, principalmente na região onde fica o totem 'Eu amo Maceió', que é onde a maioria desses jovens de periferia costuma se reunir.

Os agentes começaram a ameaçar os grupos de jovens, dizendo 'vocês têm que ir embora daqui, a gente vai dar um volta e se vocês estiverem aqui quando a gente voltar vocês vão ver!'. A ameaça acabou surtindo efeito e alguns grupos de meninas negras começaram a se dispersar e a ir embora. Outros grupos pularam a 'cerca' próxima ao totem para descer e ficar na areia da praia, já que assim a presença deles ficaria menos visível para os agentes da lei e da ordem. Mas mesmo assim eles continuaram na praia.

Ao presenciar a cena do jovem em posição de revista e me recordar desse acontecimento, comecei a pensar em algumas coisas, que talvez sejam óbvias, mas os meus privilégios me impediam de enxergar com clareza. Quando eu caminho na orla eu não tenho medo de ser parado por um policial por exemplo, isso nem chega a ser uma preocupação na verdade. Sou homem, classe média, caminhando com minha namorada dentro de uma relação heterossexual, me visto como a classe média diz que é o correto de se vestir, ou seja, eu estou e me comporto dentro dos padrões construídos. Logo, minha experiência na Rua Fechada e na cidade é determinada por esses fatores.

Isso me fez perceber o quanto o espaço público é desigual e fragmentado e em certa medida reflete uma série de problemas e desigualdades de âmbito macrossocial. (racismo, criminalização da pobreza, violência e etc).

A rua que eu percorro é geograficamente falando a mesma que várias outras pessoas também percorrem, mas é ao mesmo tempo uma rua completamente diferente para cada uma delas, com experiências diferentes, com potencialidades diferentes e até mesmo com leis diferentes (a rua também pode ser um estado de exceção para vários grupos), como no caso da história que minha amiga me contou. A rua não é a mesma para todos”²¹

²¹ Trecho retirado da deriva de número 3.

Figura 10 – Totem ‘EU AMO MACEIÓ’



Fonte: Prefeitura de Maceió²²

3.5 O NANORRACISMO DO COTIDIANO

As grandes ações policiais não são as únicas estratégias de segregação e violência. Cotidianamente diversas outras maneiras de perpetuar esse *apartheid* na cidade são muito comuns de serem observadas no espaço da Rua Fechada, desde as mais discretas e sutis até as mais espalhafatosas e que ganham repercussão na mídia. Mas aqui chamo a atenção que todas essas manifestações rotineiras de segregação socioespacial não dizem respeito somente a grandes instituições como o Estado, a polícia ou a prefeitura da cidade de Maceió.

Esses eventos cotidianos de violência e exclusão são legitimados e reforçados como objetivos a serem alcançados por muitos habitantes da cidade. Para Baptista (1999), nós vivemos em uma sociedade permeada de sujeitos amoladores de facas. Segundo o autor (1999, p. 48)

o fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos,

²² MACEIÓ. Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social. Totem “Eu Amo Maceió” volta a embelezar a orla da Ponta Verde. **SEMSCS**, Maceió, out. 2015. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/2015/10/totem-eu-amomaceio-volta-a-embelezar-a-orla-da-ponta-verde/>. Acesso em: 13 out. 2018.

artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva.

Esses são os amoladores de facas, pequenos agentes do cotidiano aparentemente destituídos de crueldade que fragmentam a violência em suas pequenas particularidades, sejam seus olhares, seus discursos no jornal, na televisão. São aqueles que desqualificam a vida dos grupos que não conseguem considerar como seus semelhantes, são os outros.

Os fragmentos apresentados até agora e os que ainda estão por vir não são meros casos individuais ou situações esporádicas de preconceitos. Eles nos mostram estratégias refinadas de segregação e relações de poder. Expressam um projeto de cidade que vem se tornando cada vez mais comum em vários centros urbanos, cada vez mais natural e permeado por uma violência, às vezes, silenciosa e sofisticada.

Nesse trabalho não estou somente dando visibilidade ao preconceito sofrido por algumas camadas da população, e sim problematizando os princípios genocidas e segregacionistas que as cidades contemporâneas vêm embasando suas políticas, pois, como Baptista (1999) alerta, quando falamos de preconceito parece que estamos falando de uma questão pessoal de um sujeito ao outro, e isso acaba esvaziando as tramas de poder que constituem nossas relações, acaba invisibilizando a eficácia política da desqualificação dos modos de existir.

Por isso, a categoria de amoladores de facas se torna uma questão importante para problematizar as cidades que construímos e experimentamos, pois, como defende Baptista (1999, p.49):

o que os amoladores de facas tem em um comum é a presença camuflada do ato genocida. São genocidas porque retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir.

Para cada ato genocida camuflado de ações em nome da segurança existem por trás amoladores de facas que afiam as armas que apunhalam milhões de sujeitos que não são vistos como seres humanos dignos de habitar a cidade. São piadas, programas sensacionalistas na tv, comentários em redes sociais, matérias jornalísticas etc. Todos esses discursos que (re)produzimos legitimam ações que produzem morte e violência, seja física ou subjetiva. Como podemos ver no próximo fragmento, nossas cidades estão cheias de amoladores de facas.

Figura 11 – Piada em redes sociais



Fonte: postagem em rede social²³

A fotografia acima acompanhada da legenda “alongamento ontem na rua fechada” foi uma publicação em uma rede social feita por uma página que se diz de humor e que é seguida por mais de 400 mil pessoas. Fazer piada com jovens sendo alvos de uma intervenção policial parece ser algo bastante corriqueiro, natural e engraçado para alguns, mas ao mesmo tempo que a banalidade dessa situação é retratada como algo engraçado o discurso racista e segregacionista é legitimado e aceito por uma parcela grande da população maceioense. Estão amolando facas.

Para problematizar esse tipo de produção “humorística”, o conceito de nanorracismo trabalhado por Achille Mbembe (2017, p. 95) se mostra bastante potente. Segundo o autor, o nanorracismo é uma

[...] forma narcótica do preconceito em relação a cor expressa nos gestos andónidos do dia-a-dia, por isto ou aquilo, aparentemente inconscientes, numa brincadeira, numa alusão ou numa insinuação, num lapso, numa anedota, num subentendido e, é preciso dizê-lo, numa maldade voluntária, numa intenção maldosa, num atropelo, numa provocação deliberada, num desejo obscuro de estigmatizar e, sobretudo de violentar, ferir e humilhar, contaminar o que não é considerado como sendo dos nossos.

Esse nanorracismo tem como função, “fazer de cada um de nós um lobo vestido de cordeirinho” (MBEMBE, 2017, p. 95). Ele opera de maneira sutil e silenciosa, mas ao mesmo

²³ MACEIÓ ORDINÁRIO. **Aquele alongamento ontem na rua fechada**. 2018. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/Maceiordinario/photos/a.245637765493998/1772023972855362/?type=3>. Acesso em: 26 fev. 2018.

tempo devastadora, pois produz condições insuportáveis para um número cada vez maior de pessoas consideradas indesejáveis.

Cotidianamente esses corpos indesejados são açoitados por incalculáveis golpes racistas que são difíceis de ser esquecidos pela memória, chegando ao ponto de serem destituídos de seus direitos como humanos e transformados em vidas matáveis cujo destino é a morte ou o encarceramento, seja do corpo ou da alma.

O nanoracismo, como o nome indica, se inspira na nanotecnologia porque é um tipo de racismo que consegue, segundo Mbembe (2017, p. 97), “se infiltrar nos poros e nas veias da sociedade, numa altura de generalizada lavagem cerebral, de descerebração mecânica e de alienação das massas”. Essa capacidade de se infiltrar é fruto do poder que esse movimento tem de transformar racismo em uma cultura através da banalidade de suas ações. A era do nanoracismo, como defende Mbembe (2017), é uma era onde só os nossos importam, pois ninguém deseja ouvir e se importar com o outro.

Esse tipo de racismo está cada vez mais presente em nosso cotidiano, e como o fragmento anterior aponta, as redes sociais parecem ser um ambiente bastante propício pra propagação desse tipo de preconceito, no qual o sofrimento do outro virou banalidade e motivo de riso, e, portanto, não devemos nos importar, apenas expulsar. No entanto, apesar dessa forte produção discursiva, cujo intuito é o de desqualificar a vida outro, existem formas de resistir a esse discurso racista. Nos próprios comentários dessa publicação alguém chegou a comentar ‘duvido que tenha um traficante de cobertura participando desse alongamento’.

Comentários como esse nos fazem pensar que existem movimentos de resistência que não aceitam e conseguem questionar esse nanoracismo do cotidiano, seja de forma difusa através de comentários nas próprias redes sociais, seja de forma mais coletiva, como a construção de páginas e coletivos que conseguem colocar em pauta esses enunciados. Mesmo que as redes sociais sejam ambientes que cada vez mais são usados para a disseminação dos discursos de ódio e de informações falsas, a resistência existe e vem ganhando cada vez mais espaço no mundo virtual, visto que conseguem dar visibilidade a problemas sociais como racismo, machismo e homofobias e produzem contradiscursos que colocam em evidência a luta contra essas formas de violência.

4 O MEDO COMO POLÍTICA DE INIMIZADE

O que é o medo? Tradicionalmente entendemos que o significado da palavra medo está associado a um sentimento, normalmente de apreensão, relacionado a algo perigoso. É um sentimento provocado quando o sujeito está perante a uma situação de ameaça, um estado psicológico. Contudo, neste capítulo, gostaria de trabalhar com o medo a partir de uma perspectiva diferente. Aqui não tomarei o medo como um sentimento individual ou puramente psicológico, como uma resposta biológica a uma situação de perigo. Neste capítulo tentarei historicizar e problematizar o medo.

O medo e a insegurança são sentimentos que estão cada vez mais presentes na vida cotidiana dos habitantes das grandes cidades, e, portanto, merecem ser analisados a partir de uma perspectiva que dê conta dos seus processos de fabricação. Concordo com Coimbra (1995) quando ela afirma que esses sentimentos não devem ser compreendidos como uma parte da natureza do ser humano, uma essência, pois, para autora, os sentimentos têm história, eles são forjados em determinadas épocas e de determinadas formas.

Para Coimbra (1995, p. 2), os sentimentos são de natureza histórica, e, portanto, são mutáveis, pois “não só os sentimentos, mas todos os objetos que se encontram no mundo não existem em si, não têm uma essência, pois são forjados cotidianamente pelas práticas dos homens”. A autora argumenta que em determinados períodos históricos um conjunto de práticas acaba produzindo um determinado ‘rosto ideal’, um determinado tipo de amor, porém, em épocas históricas diferentes, esse ‘rosto ideal’ será completamente diferente, e também um outro tipo de amor emergirá. Da mesma maneira que o ‘rosto ideal’ se modifica através da história e das sociedades, e assim como sentimento do que seja o ‘amor’ se forja de maneira diferente, outros sentimentos como o medo e a insegurança passam por processos muito semelhantes, como o rosto daquele que temos medo.

Coimbra (1995) vai apontar que no Brasil, principalmente na década de 90, a produção do medo e da insegurança está diretamente ligada aos espaços públicos e aos miseráveis. Existe uma nova fisionomia do medo sendo construída no país:

são forjadas identidades (com se todos os pobres fossem iguais), onde suas formas de sentir, viver e agir são tornadas homogêneas, percebidas como inferiores e por isto, desqualificadas. São, por exemplo crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão se tornar marginais — porque pobres — que devem ser eliminados (COIMBRA,1995, p. 6).

Concordamos com Teixeira e Porto (1998) quando as autoras afirmam que as figuras que nos causam medo são historicamente determinadas, assim como a maneira como nos organizamos socialmente para lutar contra eles. Para Teixeira e Porto (1998), alguns setores da sociedade, principalmente a classe média, demandam cada vez mais proteções reais e imaginárias, fazendo com que o imaginário do medo legitime que o Estado produza mais leis punitivas e medidas autoritárias, justificando assim atitudes como a legalização de porte de armas e legitimando discursos oficiais de políticos, da mídia, de chefes de gabinetes e outras figuras diversas que defendem o uso da força para combater o aumento da violência.

A produção do medo está associada aos corpos marginais, essa relação está tão naturalizada em nossas ações cotidianas que acabam legitimando chacinas²⁴, linchamentos²⁵ e extermínios²⁶ de maneira muito corriqueira, tão corriqueiras que esses discursos estão presentes nas declarações de diversos governantes do Estado brasileiro, como o atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que, quando questionado sobre policiais matarem quem supostamente estiver portando fuzis, afirmou em entrevista²⁷ que “a polícia vai mirar na cabecinha e... Fogo! Pra não ter erro”.

Curiosamente, foi também no Rio de Janeiro que Hélio Barreira Ribeiro foi morto por um Cabo do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) ao confundir uma furadeira – que Hélio utilizava no terraço da casa para pregar uma lona e proteger o local da chuva – com uma arma. Ainda no Rio de Janeiro, o morador da favela Chapéu Mangueira, na zona sul, o garçom Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, de 26 anos, desceu a ladeira para esperar a mulher e os filhos com um guarda-chuva preto e foi alvejado com três disparos por ter seu guarda-chuva confundido com um fuzil²⁸.

²⁴ CORREIO 24 HORAS. Chacina com 12 mortos no Cabula foi planejada por PMs como vingança. **Correio 24 Horas**, Salvador, mar. 2015. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/chacina-com-12-mortos-no-cabula-foi-planejada-por-pms-como-vinganca/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

²⁵ SILVA, Danielle. Vítima de linchamento no Clima Bom não participou de latrocínio, diz delegado. **Alagoas 24 horas**, Maceió, set. 2018. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1182555/vitima-de-linchamento-no-clima-bom-nao-participou-de-latrocinio-diz-delegado/>. Acesso em: 13 out. 2018.

²⁶ CARTA CAPITAL. Maceió vive onda de violência contra moradores de rua. Carta Capital, São Paulo, out. 2010. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/maceio-vive-onda-de-violencia-contra-moradores-de-rua>. Acesso em: 13 out. 2018.

²⁷ O POVO. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro", afirma Wilson Witzel. **O Povo Online**, Fortaleza, nov. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/ae/2018/11/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.html>. Acesso em: 21 dez. 2018.

²⁸ MOURA, Carolina. PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. **El País**, São Paulo, mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html. Acesso em: 19 set. 2018.

Figura 11 – Guarda-chuva confundido com um fuzil



Fonte:Jornal El País²⁹

O medo parece ser um elemento central na política dos Estados democráticos, porque funciona como um dispositivo que engendra a ficcionalização de um inimigo, e, como discutido no capítulo anterior, o inimigo é uma figura necessária para existência da democracia. É através da construção da figura de um inimigo que se consegue produzir corpos matáveis e que precisam ser exterminados. Mbembe (2017) nos alerta que essa relação de medo do outro parece ser uma constante na democracia.

É provável que sempre tenha sido assim. É provável que as democracias sempre tenham sido comunidades de semelhantes e, portanto, círculos de separação. É possível que as democracias sempre tenham tido escravos – um conjunto de pessoas que, de uma maneira ou de outra, sempre foram consideradas estrangeiras, um excedente populacional indesejável, do qual sonhamos desembaraçar-nos e, como tal, total ou parcialmente privado de direitos. É possível (MBEMBE, 2017, p. 71).

É com essa política de separação entre os semelhantes – aquelas pessoas que o Estado reconhece como seus cidadãos e, portanto, tem seus direitos preservados –, e os não semelhantes, que se constroem sociedades de inimizade. Hoje nós vivemos uma época que privilegia a separação, o discurso de ódio, a hostilidade e, acima de tudo, a luta incessante contra o inimigo (MBEMBE, 2017).

²⁹ MOURA, Carolina. PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. **El País**, São Paulo, mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html. Acesso em: 19 set. 2018.

Esse medo que temos em relação aos sujeitos pertencentes às camadas sociais mais pobres não é natural, ele é fruto de relações de poder que atravessam nosso cotidiano. Como afirma Despret (2011), o medo, assim como nossas outras emoções, são sentimentos ligados a questões políticas da nossa sociedade, portanto, as emoções que nos interpelam diariamente e a maneira que agimos em relação a elas dependem de como nossa cultura favorece ou não a existência desses sentimentos.

A vida nas cidades está cada vez mais sendo afetada por essa cultura do medo do outro. Caldeira (2000) aponta que um novo padrão de segregação urbana vem sendo construído, principalmente através de “enclaves fortificados”, como a construção de condomínios fechados, muros cada vez mais altos, sejam físicos ou simbólicos, e um espaço público cada vez mais segregado. Como a autora afirma (2000), a segregação sempre fez parte das cidades, mas ao longo do tempo os instrumentos e regras dessa segregação vêm se modificando consideravelmente, um novo meio urbano que legitima e valoriza as desigualdades vem se tornando regra, produzindo, assim, um espaço público não democrático e marcado pelo autoritarismo.

A Rua Fechada é um espaço público onde podemos problematizar as afetações que o medo vem produzindo nas nossas cidades. Durante as minhas derivas eu fui percebendo como se configurava ao longo do dia a presença policial naquele espaço. Era muito comum que os jovens da periferia se reunissem próximo ao totem *Eu Amo Maceió*³⁰ geralmente no final da tarde, perto do horário do encerramento da Rua Fechada.

Figura 12 – Localização do totem



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao entardecer, essa região da Rua Fechada ficava tomada por corpos negros, jovens e periféricos. Era uma visão bem diferente do restante da orla, onde normalmente a concentração

³⁰ Ver figura 10

de pessoas brancas era muito mais presente. Porém, em paralelo a esse amontado de jovens, a polícia fazia questão de estar presente de forma ostensiva especificamente nesse local.

Figura 13 – Policiais em frente ao totem



Fonte: elaborado pelo autor.

Em nenhum outro local da Rua Fechada a presença policial era tão intensa, parecia até um aviso do tipo “estamos de olho em vocês”. As viaturas ficam paradas exatamente em frente ao totem, e é interessante apontar que os policiais só ficam nesse local em horários de grande concentração dos jovens, muito provavelmente pelo medo que esses corpos provocam, já que eles são constantemente associados ao crime, uso de drogas e vandalismo.

Essa associação entre a juventude periférica, o uso de drogas e o vandalismo é muito circulada nos fragmentos jornalísticos analisados, que acabam produzindo e espetacularizando certos corpos como perigosos e ameaçadores à segurança dos cidadãos.

Os moradores da região se dizem preocupados com os recentes acontecimentos e cobram vigilância mais rigorosa da polícia. Com o objetivo de combater os recentes atos de violência e apaziguar o clima de medo, o Ministério Público Estadual, por meio da 11ª Promotoria de Justiça da Capital, elaborou um ofício para cobrar medidas mais efetivas aos

órgãos competentes. **De acordo com o documento, adolescentes têm se juntado, à beira da praia, para “usar substâncias psicoativas e praticar pequenos delitos”³¹.**

*Durante a operação, manifestantes protestaram contra as abordagens policiais feitas na avenida, que, segundo eles, são violentas. De acordo com os movimentos sociais que integram o ato, além da truculência, a **Polícia Militar realiza uma espécie de “apartheid”, pois aborda apenas os negros, pobres e vestidos com camisa de times. Segundo a Secretaria, o objetivo da ação é a manutenção da ordem e o cumprimento da lei. O secretário Lima Júnior diz que a polícia aborda todas as pessoas, sem distinção de cor e raça**³².*

*A mudança de horário aconteceu em setembro de 2015 e, segundo a Prefeitura de Maceió, ocorreu devido ao aumento de denúncias envolvendo **perturbação da ordem pública no local**. Na ocasião, o diretor de Operações de Trânsito Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), Carlos Calheiros, afirmou que a mudança iria restabelecer o clima pacífico. **“Percebemos que após as 16h o segmento do público local mudava. Foram feitas várias denúncias de menores consumindo bebidas alcoólicas e utilizando drogas e com a alteração do horário essas práticas serão inibidas”**, disse Calheiro ³³.*

É importante salientar que não se está colocando em debate a veracidade das informações apresentadas pelos meios jornalísticos, mas sim analisando os efeitos de verdade que esse tipo de produção midiática produz em nosso cotidiano.

Esse tipo de discurso midiático, como afirmam Vianna e Neves (2011), demoniza a imagem do usuário de drogas através de uma superexposição e o vincula a episódios de violência e vandalismo, o que acaba produzindo na população um sentimento de medo e revolta que a leva a demandar cada vez mais do Estado políticas públicas extensivas de segurança e punição.

No entanto, essa demonização ocorre de forma bastante seletiva, já que, nitidamente, o alvo dessas abordagens policiais são os jovens das periferias. E essa forma de violência e exclusão é historicamente recorrente para com essas camadas populacionais. Coimbra (2001)

³¹ 7 SEGUNDOS. Consumo de drogas e outros ilícitos preocupam moradores da Rua Fechada, em Maceió. **7 Segundos**, Maceió, ago. 2016. Disponível em: <https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2016/08/02/70708/consumo-de-drogas-e-outros-ilicitos-preocupam-moradores-da-rua-fechada-em-maceio.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

³² G1 ALAGOAS. Operação Sossego apreende drogas na Rua Fechada, na Ponta Verde. **G1 Alagoas**, Maceió, dez. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/12/operacao-sossego-apreende-drogas-na-rua-fechada-na-ponta-verde.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

³³ G1 ALAGOAS. Projeto Rua Fechada, na Ponta Verde, terá mais uma hora de funcionamento. **G1 Alagoas**, Maceió, abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/04/projeto-rua-fechada-na-ponta-verde-tera-mais-uma-hora-de-funcionamento.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

vai apontar como o mito da periculosidade possibilitou a emergência de operações policiais de vigilância sobre camadas populacionais mais pobres.

Segundo Coimbra (2001), o mito da periculosidade articula o perigo, a falta de humanidade e a criminalidade à pobreza e a raça. Por serem pobres, são perigosos, e se não fizeram nada suspeito até agora, a condição da pobreza é de que existe uma predisposição para esse momento se manifestar. Logo, a pobreza precisa ser vigiada, e, portanto, a polícia deve agir.

A autora ainda aponta que desde a sua criação no século XIX o principal trabalho das polícias era o de controlar a desordem, os tumultos urbanos e a criminalidade. A preocupação estava voltada aos vagabundos, alcoólatras, mendigos e à população pobre em geral, que eram considerados os principais problemas da cidade. Para corroborar essa associação entre criminalidade e pobreza, por muito tempo as teorias racistas, eugênicas e higienistas produziram estudos criminológicos que possibilitavam identificar os “tipos de comportamento ameaçador” nas cidades (COIMBRA, 2001).

A atuação da polícia e da política dominante nessa época ajudou a produzir subjetividades acerca da pobreza. “Desde sua criação, as polícias deveriam proteger os ‘cidadãos’ – leia-se os ‘respeitáveis’ – e não policiá-los. Policiamento é para as camadas médias e, principalmente pobres da população” (COIMBRA, 2001, p. 104). O medo que uma parcela da cidade tem frente aos moradores das áreas mais pobres engendra práticas muito concretas de separação da cidade, determinando quais espaços podem ser ocupados pelas camadas sociais mais pauperizadas e quais espaços são destinados aos privilegiados de camadas sociais mais altas, construindo um verdadeiro *apartheid* urbano.

A partir desse mito da periculosidade, diversas ações e estratégias foram utilizadas para impedir que os jovens das periferias de Maceió ocupem esse lugar ‘nobre’ da Rua Fechada. Em 2015, sob a justificativa de tentar manter a ordem pública, e também numa tentativa de restabelecer um ‘clima pacífico’ na região³⁴, a Rua Fechada teve seu horário reduzido até as dezesseis horas³⁵ devido a um aumento de denúncias de perturbação nesse local. Seria esse clima pacífico um lugar sem jovens negros ocupando a orla da cidade?

Como discutido anteriormente, as grandes operações policiais passaram a ser cada vez mais constantes na Rua Fechada, porém tendo alvos muito específicos – novamente os jovens periféricos – para as intervenções policiais. Além da redução dos horários de bloqueio da

³⁴ GAZETA DE ALAGOAS. Lazer em rua tem horário reduzido. **Gazetaweb**, Maceió, set. 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=272627>. Acesso em: 19 set. 2018.

³⁵ A partir do dia 8 de maio de 2016 a Rua Fechada voltou a funcionar até às 17 horas

circulação de carros, houve também uma diminuição física do espaço da avenida que é destinado ao Domingo de Lazer. Como já mencionamos, o local de maior aglomeração desses jovens é a região próxima ao totem *Eu amo Maceió* e, justamente nesse local, a prefeitura discretamente voltou com a circulação de carros nos quarteirões próximos a esse totem. O que nos faz pensar por quais motivos isso pode ter sido feito.

Figura 14 – Sinalização indica a volta circulação de carros na região



Fonte: elaborado pelo autor.

É necessário destacar que as estratégias de separação foram realizadas em nome da segurança e da volta de um clima pacífico, demonstrando o quão potentes são os efeitos do medo e como eles agem na organização dos centros urbanos.

É curioso notar que essa ostensiva movimentação policial observada não é tão intensa em todos os horários na Rua Fechada, pois pela manhã e no início da tarde a quantidade de jovens que ocupam esse espaço da orla é bem reduzida.

Diferente da maioria das derivas anteriores, decidi ir pela manhã para a Rua Fechada. Era um domingo ensolarado, diferente do domingo chuvoso da semana passada. Mas também

diferente da semana anterior, quando observei intensa atividade policial no local, dessa vez quase não vi policiamento na Rua.

Imagino que essa ausência do forte policiamento se dava por um motivo, os jovens de periferia não estavam lá. Fui até o local que eles normalmente se aglomeram, que fica localizado próximo ao totem 'Eu Amo Maceió', e lá só havia a tradicional massa de corpos brancos que também ocupavam o restante da praia. Nesse horário da Rua Fechada quase não havia policiais, e a maioria dos corpos negros que me deparei eram os vendedores ambulantes que trabalhavam vendendo água de coco. Aparentemente, esses corpos não precisam de um policiamento reforçado, pois eles estão ali para nos servir, são corpos dóceis, esses são os corpos negros de periferia que não assustam os moradores da cidade”³⁶.

Há toda uma produção discursiva que transforma esses jovens em monstros perigosos e por isso há uma naturalização do medo em relação a essa população. Caldeira (2000) vai nomear de ‘fala do crime’ esse discurso que constrói simbolicamente um mundo permeado de preconceitos e que naturaliza a percepção de certos grupos como perigosos.

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que totem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações (CALDEIRA, 2000, p. 27).

A nossa vida cotidiana é atravessada constantemente por conversas sobre o medo e a violência nas grandes cidades. Porém, como Caldeira (2000) nos explica, essas narrativas cotidianas sobre a violência muitas vezes acabam produzindo separações sociais, constroem muros, sejam eles simbólicos ou físicos e multiplicam as regras de exclusão potencializando a segregação nas cidades. São narrativas que simplificam o mundo, elaboram o preconceito e eliminam a ambiguidade.

Em vários fragmentos encontrados era comum ler que ‘o público que frequenta a Rua Fechada mudou’.

³⁶ Trecho retirado da deriva de número 7.

*Os moradores têm reclamado que o **público ali mudou**, e acusam o surgimento de grupos de vândalos e ladrões, que estariam ameaçando a segurança no entorno da avenida* ³⁷

Foi-se o tempo que jovens crianças e famílias podiam se divertir no local sem qualquer tipo de preocupação. Atualmente, os moradores da região são tomados por medo e insegurança todos os domingos ³⁸.

*Percebemos que após as 16h o **segmento do público local mudava**. Foram feitas várias denúncias de menores consumindo bebidas alcoólicas e utilizando drogas (...)*³⁹

O lazer e a diversão perderam o espaço para a insegurança e violência na Avenida Silvio Vianna, localizada na Ponta Verde, em Maceió. Isto porquê, aos domingos, entre 8h e 17h, a rua que é fechada para o lazer está registrando cenas de violência, brigas de gangues, uso de drogas, arrastões e sexo explícito, segundo frequentadores, moradores e comerciantes da região ⁴⁰.

Ao longo do tempo foi sendo criada uma narrativa que associa a presença desses jovens ao início de atos de vandalismo e violência na região. Construiu-se um medo desses jovens, um medo que fez proliferar uma incessante busca por proteção e separação. Esse discurso criminaliza a presença de alguns grupos nas áreas nobres da cidade, faz o medo circular e legitima a segregação social e espacial em nome da segurança.

A fala da representante da associação Domingo de Lazer – que é responsável pelo comércio de brinquedos na Rua Fechada – ilustra bem o que queremos dizer:

³⁷ GAZETA DE ALAGOAS. Rua fechada aos domingos na orla divide opiniões. **Gazetaweb**, Maceió, ago. 2016. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=292011>. Acesso em: 19 set. 2018.

³⁸ 7 SEGUNDOS. Consumo de drogas e outros ilícitos preocupam moradores da Rua Fechada, em Maceió. **7 Segundos**, Maceió, ago. 2016. Disponível em: <https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2016/08/02/70708/consumo-de-drogas-e-outros-ilicitos-preocupam-moradores-da-rua-fechada-em-maceio.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

³⁹ G1 ALAGOAS. Projeto Rua Fechada, na Ponta Verde, terá mais uma hora de funcionamento. **G1 Alagoas**, Maceió, abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/04/projeto-rua-fechada-na-ponta-verde-tera-mais-uma-hora-de-funcionamento.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

⁴⁰ G1 ALAGOAS. Violência causa clima de insegurança na Rua Fechada, em Maceió. **G1 Alagoas**, Maceió, jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/07/violencia-causa-clima-de-inseguranca-na-rua-fechada-em-maceio.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

Nada aqui se difere do que era antes. O que temos é mais gente aproveitando um espaço público. Se formos falar em violência, é preciso dizer que há assaltos em toda parte, em qualquer Estado ou cidade brasileira ⁴¹.

Essa necessidade constante de se sentir protegido, como discute Castel (2005), não está necessariamente relacionada uma falta de segurança. Para o autor, a insegurança moderna não seria resultado de uma falta de proteção, seria justamente o inverso dessa afirmação, a insegurança seria uma “sombra projetada num universo social que se organizou em torno de uma busca sem fim de proteções, ou de uma busca tresloucada de segurança” (CASTEL, 2005, p.8). A própria busca por segurança acaba produzindo a sensação de insegurança, pois ser protegido “não é viver na certeza de poder controlar perfeitamente todos os riscos da vida, mas sobretudo viver cercado de sistemas de segurança que são construções complexas e frágeis” (CASTEL, 2005, p.8).

Castel (2005) ainda discute que o sentimento de insegurança não é exatamente proporcional aos perigos reais que ameaçam a população, pois o sentimento de insegurança seria um efeito da discrepância entre uma expectativa socialmente construída de proteções e as capacidades reais de uma determinada sociedade de conseguir colocá-las em prática. Segundo o autor (2005, p. 8-9),

[...] o sentimento de insegurança não é um dado imediato da consciência. Ao contrário, ele desposa configurações históricas diferentes, porque a segurança e a insegurança estão relacionadas com os tipos de proteção que uma sociedade garante ou não garante, de uma maneira adequada. Em outras palavras, hoje ser protegido é também ser ameaçado.

Para Caldeira, (1991), a distância social vem produzindo uma sensação de segurança nas camadas mais altas da sociedade, pois quanto mais distante estiverem da pobreza, melhor as elites se sentem em relação à segurança, pois entendem que estão longe do perigo, ou seja, a sensação de segurança não tem relação com a ausência de violência e de crime, e sim com a distância que as elites conseguem estabelecer com as populações mais pobres.

Esses distanciamentos que impomos em nome da segurança vêm construindo uma maneira de experienciar a cidade e seus espaços a partir do afastamento de todos aqueles que nos são diferentes, e com isso estamos nos tornando indiferentes a esses sujeitos, pelo menos

⁴¹ GAZETA DE ALAGOAS. Rua fechada aos domingos na orla divide opiniões. **Gazetaweb**, Maceió, ago. 2016. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=292011>. Acesso em: 19 set. 2018.

até o momento em que eles impõem sua presença nos caminhos que se cruzam pelas ruas e calçadas da cidade (REIS, 2017).

Hoje minha ida à Rua Fechada foi bastante atípica, como estava sem tempo para dedicar algumas horas desse domingo à Rua Fechada, optei por passar rapidamente pelo local de carro, já que somente um dos lados da avenida Silvio Viana é interditado, no outro lado o fluxo de carros é liberado normalmente. Foi uma ida bastante peculiar, trafegar de carro por um trecho onde fiz constantes caminhadas foi muito inquietante. Enquanto eu me deslocava devido ao trânsito congestionado naquele trecho próximo à rua, fui percebendo o quão distante é possível se afastar da cidade quando não caminhamos.

No interior do carro eu não sentia calor, pois o ar condicionado estava ligado; não escutava os sons da rua, pois estava com os vidros fechados. Aquele lugar não me afetava porque no fundo eu não estava lá, eu estava blindado, estava só de passagem, protegido e enclausurado em um veículo. Isso me fez pensar o quanto não nos envolvemos em certos espaços da cidade simplesmente por não ocupar aqueles espaços, não colocar nossos pés em contato com o solo e dividir a cidade com o outro.

Acredito que cada vez mais nós estamos perdendo o contato com o outro, com o diferente de nós, com o estranho, e isso acaba produzindo um certo desdém com a vida do outro. Enquanto estava no carro eu não senti nada, não me importava muito com o que acontecia porque simplesmente não me afetava, eu estava em um outro mundo. Quantas outras pessoas trafegam em tantos outros lugares e não são afetados?

Uma lembrança da Comunidade dos Pescadores de Jaraguá me veio à tona, antes da remoção da vila, eu tive a oportunidade de conhecer aquele local enquanto estudante de graduação via projeto de extensão. Eu literalmente coloquei meu pé na lama conhecendo aquele lugar, conversei com pessoas, comi junto a elas, eu fui afetado, eu passei a me importar com a violência sofrida por aquela população, mas eu só puder fazer isso porque eu estive lá. Muito provavelmente se eu passasse de carro rotineiramente na avenida em frente à comunidade eu não me importasse, como muitas pessoas não se importaram com a remoção dos pescadores do território em que construíram suas vidas.

Andar e permitir se afetar me parecem ser ferramentas imprescindíveis para pensar as cidades hoje. Em um lugar que muitos viam como um lugar de criminalidade, de violência e de pessoas que precisavam ser expulsas eu consegui enxergar um lugar que pulsava vida, potência

*e resistência. Quantos outros lugares como esse não existem e nós apenas passamos apressado por eles?*⁴².

A cidade tem um potencial de ser um espaço que congrega várias formas de existir e de estar nela, possibilitando o encontro de múltiplos grupos de sujeitos com diversos contextos sociais e culturais. A cidade pode ser um lugar para o exercício da diferença e do encontro de mundos diferentes, porém, ao invés de estarmos promovendo essa cidade do encontro, nós estamos construindo espaços cada vez mais segregados, construindo barreiras físicas e simbólicas que separam e segregam em nome de uma sensação de segurança.

Quando erguemos nossos muros e nossas cercas também construímos dois lados. A cerca divide um espaço que antes era uniforme, em um espaço onde existe o “dentro” e o “fora”, sendo que aquilo que é “dentro” pra quem está em um lado da cerca é o “fora” pra quem está no outro lado. E assim vai se construindo uma cidade na qual os moradores de grandes condomínios fechados e bairros nobres, se mantêm fora dessa vida urbana vista como perturbadora e ameaçadora para se resguardarem dentro de um oásis de suposta calma e segurança (BAUMAN, 2009).

Mas é justamente com essa separação entre o dentro e o fora que aqueles que estão em seus oásis vão lutar com unhas e dentes para manter seu padrão de tranquilidade e segurança, mantendo todo o resto do outro lado, não importando o preço que isso tem (BAUMAN, 2009). “A cerca separa o ‘gueto voluntário’ dos arrogantes dos muitos condenados a nada ter” (BAUMAN, 2009, p.40).

⁴² Trecho da deriva número 10.

4.1 A CIDADE COMO UMA MERCADORIA DE LUXO

Nos fragmentos analisados foi possível visualizar uma certa linha do tempo em relação ao incômodo com os jovens que passaram a ocupar o espaço da Rua Fechada. A primeira matéria jornalística que coloca em discussão a presença desses jovens na orla é do mês de agosto do ano de 2015.

“Não vamos permitir tais ações. Teremos tolerância zero”. A frase é do juiz e presidente do Conselho Estadual de Segurança Pública (Conseg), Maurício Brêda, em relação à insegurança, desordem e destruição de patrimônio público que vem se instalando na orla de Maceió, mais especificamente na conhecida ‘rua fechada’ – espaço destinado para atividades de lazer aos domingos, das 8h às 18h, na praia de Ponta Verde.

De acordo com Maurício Brêda, após diversas reclamações da população e, principalmente, da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), foram solicitadas providências, repassadas ao secretário de Estado da Segurança Pública, Alfredo Gaspar de Medonça.

“Queremos trazer para o local a tranquilidade que sempre reinou na ‘rua fechada’. Também vamos levar o ônibus do desarmamento para incentivar a campanha da entrega de armas. O que não admitimos é que crianças deixem de frequentar o local e os responsáveis por brinquedos infantis se retirem da rua por causa do uso de drogas próximo a eles”, afirmou o presidente do Conseg.⁴³

Poucas semanas após essas declarações, ainda no mesmo mês, as ações policiais estavam começando a se tornar rotina na Rua Fechada.

Denominada “Rua Fechada”, uma operação integrada, com a participação de órgãos estaduais e municipais, foi realizada no domingo (30), na orla de Pajuçara e Ponta Verde, com o propósito de combater diversas irregularidades. A ação apreendeu mercadorias e diversos vendedores ilegais foram notificados pelas fiscais da Superintendência Municipal de Convívio e Controle Urbano (SMCCU), já que está implantado no local um regime de “tolerância zero”, especialmente aos domingos.

⁴³ AGÊNCIA ALAGOAS. Segurança na rua fechada será reforçada, diz juiz. **Cada Minuto**, Maceió, ago. 2015. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/273448/2015/08/14/seguranca-na-rua-fechada-sera-reforcada-diz-juiz>. Acesso em: 19 set. 2018.

Figura 15 – Ações policiais praticadas na Rua Fechada



Fonte: Jornal 7 Segundos⁴⁴

Vários litros de bebidas alcoólicas que estavam com pessoas que não portavam identidade para comprovar a idade – inclusive se eram menores –, foram apreendidos e destruídos. Os órgãos públicos alertam que as pessoas que forem à Rua Fechada da orla, aos domingos, levem documento oficial, especialmente se forem consumir bebidas alcoólicas.

O objetivo é devolver o espaço para o lazer das famílias alagoanas, já que o local estava se tornando um território "sem lei", de acordo com reclamações de comerciantes, famílias e esportistas.⁴⁵

O medo de conviver com esses corpos em um lugar tão privilegiado da cidade vem produzindo respostas rápidas pelo aparato de segurança da cidade. É importante chamar a atenção na participação da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) nas reivindicações por mais segurança na Rua Fechada, pois nos leva a questionar até onde a influência dos setores privados da cidade, como os grandes bares e restaurantes da região e até mesmo os luxuosos hotéis das proximidades, acaba afetando a regulação dos espaços públicos.

⁴⁴ ASCOM PC/AL. Operação combate irregularidades na orla da Capital. **7 Segundos**, Arapiraca, ago. 2015. Disponível em: <https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2015/08/31/50848/operacao-combate-irregularidades-na-orla-da-capital.html>. Acesso em: 19 set. 2018.

⁴⁵ Idem.

Se a reivindicação da segurança é em nome das famílias e da tranquilidade, por que o setor privado escolhe agir especificamente nesse lugar? A presença do setor privado é constante em notícias que envolvem o ordenamento não só da Rua Fechada, mas da orla da cidade de Maceió como um todo.

A Superintendência Municipal de Controle do Convívio Urbano (SMCCU) apresentou, na tarde desta terça-feira (06), o Plano de Reordenamento da Faixa de Areia das Praias Urbanas de Maceió e da Rua Fechada. O encontro, que reuniu representantes do Município, Segurança Pública, empresários e moradores da região, aconteceu no Maceió Mar Hotel, na Ponta Verde.

O objetivo da reunião foi discutir soluções que venham a melhorar a convivência na faixa de orla e no Domingo de Lazer. Queremos trazer a iniciativa privada para que se una ao poder público. Dessa forma, juntos, poderemos cuidar da nossa orla”, disse o gestor.⁴⁶

Essa presença do capital privado em espaços públicos e gratuitos parece ser uma estratégia bastante rentável se pensarmos em uma cidade que é vendida como mercadoria. Em um sistema de mercado globalizado, as cidades competem entre si para atraírem investimentos financeiros do setor privado e também para chamar atenção para o turismo, um mercado que movimenta milhões de reais todo ano. Mas isso tem um preço, pois é preciso vender uma certa imagem de cidade, é preciso um *city marketing*.

Para Teobaldo (2010), o *city marketing* é um importante instrumento na política urbana atual, pois apresentam as cidades como cidades-mercadoria, em que seu funcionamento é marcado pelo consumo e pela circulação, transformando o espaço urbano em mercadoria a ser vendida.

Vender a imagem de uma cidade é importante para o setor privado, principalmente numa cidade turística como Maceió. A sensação de tranquilidade, a beleza das praias, a segurança de caminhar na orla e o lazer em família, são atrativos turísticos que vendem uma determinada imagem da cidade e atraem muitos turistas, movimentando a economia da cidade. Todavia, como alerta Teobaldo (2010), vender a imagem da cidade é muitas vezes vender a própria cidade.

⁴⁶ SECOM MACEIÓ. Plano de Reordenamento: orla de Maceió vai ganhar reforço de segurança. **Tudo na hora**, ago. 2016. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/plano-de-reordenamento-orla-de-maceio-vai-ganhar-reforco-de-seguranca/>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Nos materiais que encontramos, conseguimos perceber uma certa temporalidade na ocorrência de ações policiais cujos alvos eram os jovens periféricos. Tanto em 2015 e em 2016, as ações policiais começam a acontecer de forma mais intensa em períodos próximos da chamada alta temporada, época do ano que atravessa aproximadamente os meses de setembro a março e que é conhecida pelo intenso fluxo de turistas na cidade e também marcada pela chegada do verão. A tabela abaixo indica os materiais jornalísticos que tratam sobre os acontecimentos policiais da Rua Fechada.

Tabela 1 – Lista dos materiais jornalísticos que tratam sobre os acontecimentos policiais da Rua Fechada

Fonte	Título da matéria publicada	Data de publicação
Jornal Cada Minuto	Segurança na Rua Fechada será reforçada, diz juiz	14/08/2015
Polícia Militar de Alagoas	Operação integrada na área de lazer da Ponta Verde reforça segurança no local	18/08/2015
Prefeitura de Maceió	Operação combate irregularidades na orla da Capital	31/08/2015
Jornal Sete Segundos	Lazer em rua tem horário reduzido	04/09/2015
Jornal G1 AL	Violência causa clima de insegurança na Rua Fechada, em Maceió	27/07/2016
Jornal Sete Segundos	Consumo de drogas e outros ilícitos preocupam moradores da Rua Fechada, em Maceió	02/08/2016
Jornal Esquerda Online	Apartheid social: PM apreende 150 jovens na orla de Maceió	04/08/2016
Jornal TNH1	Operação "Área de Lazer" faz megarevista e apreende 150 pessoas na Rua Fechada, em Ponta Verde	29/08/2016
Jornal O Dia Mais	'Rolezinho Contra o Apartheid' pede fim da discriminação na orla de Maceió	17/12/2016
Jornal Gazeta Web	Movimentos sociais fazem 'rolezinho' na orla contra ações da polícia	18/12/2016
Jornal G1 AL	Operação Sossego apreende drogas na Rua Fechada, na Ponta Verde	19/12/2016
Jornal TNH1	Polícia apreende drogas e arma branca durante revista na 'Rua Fechada'	19/12/2016

Fonte: elaborado pelo autor.

As ações policiais parecem ter relação com o período que Maceió está se preparando para receber os turistas. No final de 2016, quando ocorreu o Rolezinho contra o *Apartheid*, os

organizadores foram enfáticos ao comentar sobre como a cidade estava operando em período de alta temporada.

“Com a chegada da alta temporada, querem promover uma higienização da cidade. É uma política de racismo institucional, uma segregação relacionada às pessoas da periferia que claramente são tratadas de forma diferenciada pela Polícia quando estão na orla”, conta o organizador do Rolezinho Contra o Apartheid, Magno Francisco da Silva.

Em agosto, moradores da Ponta Verde cobraram mais segurança para a região e denunciaram consumo de drogas e bebidas entre menores. Afirmando que o Domingo de Lazer era um espaço familiar eles cobraram da Polícia intervenção para combater a desordem que estava no local. “Ninguém questiona a bagunça que os donos de bares fazem, por exemplo, muitas vezes ocupando o espaço da calçada. O processo evidente de discriminação é contra ocupantes da praia que estão fora do perfil das pessoas que frequentam aquela região”, rebate o organizador.⁴⁷

Essas informações nos falam de uma cidade que vem se tornando cada vez mais uma cidade-mercadoria-de-luxo, e isso acaba trazendo consequências violentas para aqueles que não conseguem ‘comprar’ a cidade onde moram. Para esses sujeitos que não estão enquadrados no perfil alvo do *city marketing*, os espaços urbanos destinados a esses grupos acabam se tornando um espaço hostil a sua presença, já que mancham a imagem dessa cidade-mercadoria que é vendida mundo a fora.

Os espaços públicos que sofrem interferência do setor privado, às vezes, nada têm de público. Eles são higienizados e homogeneizados a gosto do cliente. Como afirma Teobaldo (2010):

a partir do momento em que há a homogeneização do espaço, muitas vezes promovidas e reforçadas pela mídia, as múltiplas identidades e diferentes formas de vida social são simplificadas. As imagens produzidas para a cidade constituem-se na negação da possibilidade de existência de outras imagens e, conseqüentemente, de outras leituras, retirando da cidade a multiplicidade e o conflito. Dessa forma, a cidade perde uma de suas expressões sociais: a sua diversidade de leituras. (p.145)

⁴⁷ SANT'ANA, LETÍCIA. ‘Rolezinho Contra o Apartheid’ pede fim da discriminação na orla de Maceió. **O Dia Mais**, dez. 2016. Disponível em: <http://odiamais.com.br/rolezinho-contra-o-apartheid-pede-fim-da-discriminacao-na-orla-de-maceio/>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Ao chegar na Rua Fechada, comecei a estranhar a quantidade de guardas e policiais na orla, pois nos momentos anteriores de deriva, percebi muito claramente que os policiais costumavam se aglomerar justamente no local onde os jovens se juntavam, mas dessa vez o policiamento estava bem espalhado durante todo o trajeto.

Logo quando comecei a andar, me deparei com algumas pessoas fumando narguilé tranquilamente enquanto alguns policiais perambulavam próximo ao local, achei estranho nenhum policial fazer qualquer tipo de contato com o grupo que fazia uso do narguilé, mas logo percebi que era um grupo de homens jovens e brancos e que pareciam ser de classe média, logo, deduzi que isso trazia alguns privilégios, como por exemplo a possibilidade de fumar o que quiser na orla. Bem diferente dos jovens de periferia que não podem nem circular sem estarem com seus documentos de identificação.

Também notei uma certa mudança nos locais que os jovens se reuniam. Ao invés de se concentrarem em sua grande maioria no totem 'Eu Amo Maceió' dessa vez um número considerável também se reunia em uma região em frente ao bar Lopana. Era até curioso observar como os corpos e os sons mudavam quando se atravessava a avenida. De um lado, vindo do bar, eu escutava alguém tocando pop rock, corpos brancos, atléticos, vestindo roupas de marcas caras. Do outro lado, corpos jovens de maioria negra ou parda que dançavam ao som do funk com suas roupas curtas.

Me pergunto porque os tratamentos para ambos os grupos são tão divergentes, se ambos parecem ter objetivos semelhantes em estar nessa local. Se divertir, se relacionar com outras pessoas, beber e dançar. Mas somente um desses lados da pode usufruir desses privilégios sem ter sua vida fiscalizada a todo o momento. A cidade é um território em conflito, está sempre em guerra, onde a disputa é sobre quem pode ou não viver ali.⁴⁸

Estamos construindo cidades assépticas e segregadas para que possam ser vendidas de forma lucrativa e eficiente para investidores e turistas, expulsando aqueles que não agregam valor comercial ao espaço e erguendo barreiras cada vez maiores entre as zonas consideradas nobres e os habitantes das periferias urbanas.

⁴⁸ Trecho retirado da deriva de número 6

4.2 POR UMA POLÍTICA DA INSISTÊNCIA

Apesar de todo o aparato segregacionista, discriminatório e racista discutido nos capítulos anteriores, indo contra a maré dos desejos do Estado, da mídia e de muitos moradores da região, os corpos negros e periféricos continuam a ocupar a orla do bairro da Ponta Verde.

“Hoje foi um dia que choveu bastante durante a manhã, e também nos dias anteriores, definitivamente não era um ‘dia de praia’ comum, era uma tarde nublada, tempo fechado e com grande possibilidade de chuva, que inclusive me pegou no trajeto até chegar à Rua Fechada. Fui no final da tarde, como sempre costumo ir, mas ao chegar era um lugar bem diferente das semanas anteriores. Poucas pessoas circulando, quase não vi nenhum pequeno comerciante (vendedor de coco, espetinhos etc). O pouco movimento era reflexo do dia chuvoso, e até certo ponto isso foi algo que me chamou a atenção.

No totem ao final da Rua Fechada, onde normalmente se concentram os jovens das periferias da cidade, a quantidade de pessoas era muito semelhante àquela dos dias ensolarados de verão. Os jovens continuavam lá mesmo num dia chuvoso, o som do funk continuava lá, assim como as viaturas da polícia paradas em frente a esse aglomerado de pessoas negras.

Por que isso me chamou a atenção? Talvez porque eu não quisesse estar lá. E talvez eu quisesse menos ainda se estivesse na situação deles. Eu não queria estar lá por ser um dia chuvoso, ou posso dizer até mesmo um dia “preguiçoso”, a cidade não estava na temperatura infernal que estava nas semanas anteriores, era um final de tarde de um domingo chuvoso, o lugar que eu queria estar era na minha casa assistindo Netflix, mas no fundo o meu motivo de não querer estar ali era unicamente a preguiça.

E quando eu digo que teria menos vontade ainda de estar na praia se eu fosse um desses jovens seria por motivos bem diferentes. Eu me perguntei porque eles continuavam ali. Faço essa pergunta não em um sentido individual, do porque o João e a Maria saíam de casa para ir à praia, mas sim porque essa população continuava a frequentar esse local.

Estava claro que várias camadas da sociedade não queriam a presença deles ali, os jornais acusam esses jovens de serem criminosos, usuários de drogas, baderneiros. Os moradores da Ponta Verde e dos bairros nobres próximos da região dizem que esses jovens fazem arrastão, sexo explícito, tráfico de drogas. A polícia, que inclusive sempre faz questão de estacionar suas viaturas em frente à área que esses jovens costumam ficar, fazem revistas

constantes a esses jovens, revistas muitas vezes truculentas e sem motivos aparentes além do tentar frequentar a praia.

Essas coisas me fazem perguntar o porquê de eles continuarem indo e lotando a praia semana após semana, mesmo após todo um aparato discursivo e policial que é acionado para tentar barrar esses jovens de irem à orla. Eles estão resistindo ou apenas tentando existir na cidade?”⁴⁹.

Durante todo o meu período de pesquisa, um pouco mais de um ano frequentando esse local da cidade regularmente, esses jovens sempre estavam por lá. Uma população que comumente é esquecida pelo poder público quando se trata de lazer e cultura, porém lembrada quando se trata de violência e criminalidade.

Como discute Coimbra, (2001), mesmo os segmentos subalternizados sendo alvos constantes de políticas repressoras e violentas eles continuam resistindo através da luta que se faz cotidianamente. Eles teimam em existir, produzindo resistências que muitas vezes são invisíveis aos nossos olhos e fora dos padrões reconhecidos. Com outras formas de organização, as populações mais marginalizadas criam mecanismos de sobrevivência e luta, resistindo às exclusões e destruições que sofrem diariamente.

Assim, sem pretender racionalmente fazer revoluções, mudar o presente e preparar o futuro, muitos desses movimentos de resistência, sem dúvida, produzem revoluções moleculares, inspiram mudanças em seus atores e nos cenários onde atuam, sinalizando novos caminhos, criações, invenções. É verdade que foram e continuam sendo ignorados pela história oficial, pelos ‘ilustres’ contistas e intelectuais, pelos meios de comunicação de massa. Todavia, apesar dessa competente produção de esquecimento, encontramos alguns desses ‘rostos da multidão anônima’, alguns desses ‘invisíveis da história’, ‘desfeitos sem glória, dessa gente sem fama, mal posta, maldita e sempre malfadada’ nos escritos de alguns historiadores, antropólogos e até psicólogos! (COIMBRA, 2001, p. 133)

É nessa luta diária contra um complexo dispositivo que tenta desqualificar as vidas periféricas da cidade que resistências são criadas, que subjetividades são reinventadas e que cidades são forjadas.

⁴⁹ Trecho da deriva número 5.

4.3 CIDADES DE LUZ E SOMBRA

Por muito tempo eu considerei essas vidas periféricas como invisíveis ao olhar do Estado, já que existem pouquíssimas ações destinadas à qualidade de vida dessas pessoas, porém, no decorrer do processo de pesquisa, fui finalmente percebendo o quanto esses jovens não são invisíveis, muito pelo contrário, eles são expostos a uma visibilidade intensa, porém muito seletiva.

Scisleski e Hüning (2016) apostam na epistemologia da luminosidade para problematizar os jogos de visibilidade e invisibilidade que atravessam a produção de conhecimento científico e os corpos nas cidades. As autoras discutem que a razão sempre tem sido associada à luminosidade, seja com Platão e sua Alegoria da Caverna ou posteriormente com o movimento Iluminista, como o próprio nome sugere. A luz sempre veio como uma forma de dar visibilidade a uma verdade e afastar as sombras junto de suas dúvidas e ilusões. Nessa lógica, o que importa é o que a luz nos mostra.

O lugar da universidade e a maneira como fazemos pesquisas é marcado por esse incessante facho de luz. Optamos pelos caminhos iluminados por muitas vezes enxergá-los como única possibilidade de se produzir conhecimento. Nos acostumamos a conduzir nossas pesquisas e a nós mesmos através dos caminhos iluminados, seja por nos sentirmos mais seguros ou mais confortáveis, seja pelo desejo de sermos reconhecidos como cientistas por nossos pares acadêmicos. Ao longo de nossa caminhada fomos aprendendo a sempre iluminar para ver melhor, para não deixar escapar nenhum detalhe, nenhuma evidência. E, com isso, aprendemos a nos relacionar com o outro de maneira assimétrica, de um lado, nós, pesquisadores, detentores do saber, e do outro, os sujeitos pesquisados, os objetos sobre os quais produzimos ciência através de nossa iluminação (SCISLESKI; HUNING, 2016).

É frequente, como afirma Zibechi (2015), olharmos as periferias pobres de nossas cidades como redutos de delinquência e narcotráfico. São lugares que achamos que reina o caos e algo semelhante a uma lei da selva. Cientistas e grupos políticos, sejam de esquerda ou de direita, insistem em “considerar os bairros pobres como uma espécie de anomalia, quase sempre um problema, e poucas vezes como espaços potenciais emancipatórios” (ZIBECHI, 2015, p. 26). Para o autor, olhar essa população a partir dessa perspectiva é considerar que os pobres nunca são sujeitos, no máximo, objetos de trabalho de campo de alguns pesquisadores.

Quando iluminamos esses sujeitos e esses territórios periféricos nós rotineiramente iluminamos como um lugar de falta, e não como lugares e sujeitos de potência. Assim como a

produção de conhecimento obedece a esse jogo de luminosidade, as cidades também se organizam dessa maneira.

A epistemologia da luminosidade, para além dos modos como pensamos a produção do conhecimento, nos constitui e relaciona-se às formas como habitamos diferentes espaços e nos relacionamos com outros seres que habitam zonas de luzes ou escuridão. Relaciona-se assim, a formas de inteligibilidade e produção de sentidos sobre espaços e seus habitantes, que produzem, entre outras coisas, realidades de violência e segregação. Constituímos como seres com uma capacidade seletiva de ver e não ver. (SCISLESKI; HUNING, 2016, p. 14).

Quando iluminamos um objeto nós conseqüentemente vamos produzir sombra sobre esse elemento, e assim também são as cidades. Nós escolhemos quais lugares queremos iluminar, seja por uma questão de visibilidade para esse lugar ou por questões de estética ou segurança.

As luzes fazem parte da cidade, mas iluminamos de forma bastante seletiva. Nós vamos delineando o que queremos que seja visto e iluminado, e também escurecemos aquelas áreas que não queremos dar muita atenção. Como argumentam Scisleski e Hüning (2016, p.14) “se por um lado as cidades estruturam-se a partir de uma epistemologia da luminosidade, por outro, elas passaram também e como efeito, a produzir zonas de luzes e sombras”.

Essa produção de zonas sombrias nas cidades está associada às práticas marginais e às periferias, pois são territórios comumente vistos como estorvos ao desenvolvimento e progresso urbano (SCISLESKI; HUNING, 2016). Ao contrário das zonas iluminadas, onde a luz dá visibilidade aos territórios e seus frequentadores, as zonas de sombra vão construindo os habitantes da escuridão e territórios invisíveis. É nessa cidade dualista entre luz e sombras que vão se configurando nossas práticas com o outro, que buscamos frequentar e habitar esses espaços iluminados, pois os consideramos seguros e bonitos, e procuramos evitar as zonas sombrias com seus habitantes tidos como perigosos.

As luzes não são estáticas, elas estão em constante movimento, modificando quais áreas serão iluminadas e quais outras serão deixadas para a escuridão. Esse deslocamento dos feixes de luz não é democrático, muito pelo contrário, ele é colonizador.

[...] quando a cidade avança por sobre as zonas consideradas de escuridão, o faz num intuito de colonização. Leva a luz, pois vê aí a possibilidade do ganho econômico, mas executa uma operação de limpeza sobre tudo e todos que possam lembrar aquilo que difere de sua referência de brilho e prosperidade (SCISLESKI; HUNING, 2016, p. 19).

É nesse jogo de luz e sombras que gostaria de pensar a insistência dos jovens em ocupar o espaço público da Rua Fechada, pois esse é um lugar da cidade que é intensamente iluminado. E por isso a importância de questionar as sombras que são projetadas nesse território e quais os efeitos que são produzidos quando aqueles que não pertencem às áreas iluminadas passam a ocupar as zonas de luz da cidade.

Ao chegar à Rua Fechada no final da tarde e começar a caminhar por seu trajeto, me deparo novamente com uma revista policial, dessa vez, consigo enxergar ao longe três jovens negros sendo revistados pela polícia. Enquanto observava a cena e ia cada vez mais me aproximando do local em que estava acontecendo a revista, comecei a observar o que estava em volta daquela cena, e me pareceu que aquela ação que a polícia estava realizando era invisível.

Digo isso porque me parecia que pessoas ao redor continuavam a tocar suas vidas como se nada estivesse acontecendo. Era como se aqueles três jovens sendo revistados pela polícia não estivessem lá, as pessoas continuavam a andar, a passear com seus cachorros sem nem ao menos desviar o olhar para o que acontecia. Eles não estavam lá. Acho que talvez isso se deva ao fato de uma parte da população achar aquele tipo de ação completamente normal, corriqueiro e totalmente justificável para proteger a segurança e bem estar dos frequentadores da orla.

Mas achei bastante curioso o fator de invisibilidade que esses jovens carregam, até porque boa parte da reclamação dos moradores e frequentadores da Rua Fechada são justamente pela presença desses jovens da periferia. Esses jovens só são visíveis à população da cidade quando eles estão em lugares que essa população não deseja que estejam, eles só são vistos quando eles precisam ser excluídos da cidade.⁵⁰

A partir dessa epistemologia da luminosidade podemos compreender que os territórios sombrios não são naturais e emergem espontaneamente, eles obedecem a uma lógica capitalista de uma cidade espetáculo que escolhe e ilumina principalmente aquilo que considera belo. Mas não só isso, também ilumina alguns habitantes das zonas sombrias, só que esses corpos “são colocadas na luminosidade quase que exclusivamente a partir da vinculação com o crime, suposta ou real, mas que permanecem invisíveis quando se procura associá-las a outras formas de vida” (SCISLESKI; HUNING, 2016, p. 17-18).

⁵⁰ Trecho da deriva número 4.

Na Rua Fechada, quando os habitantes das sombras insistem em frequentar os territórios iluminados, eles têm seu corpo temporariamente capturados por essa luminosidade da cidade, mas o que essa luz quer mostrar, o que se quer iluminar, são aspectos de criminalidade e violência, pois, embora estejam ocupando um lugar que os consideram como indesejados, quando esses corpos são submetidos à vigilância do poder policial, eles passam a constituir a paisagem. Sendo revistados não incomodam?

Invisíveis em sua potência, mas incômodos em sua presença que se tenta apagar, uma presença que é fantasma e ameaça. Habitantes de espaços não iluminados de quem só se vê aquilo que se quer eliminar. Reduzidos a desviantes, criminosos e imorais (SCISLESKI; HUNING, 2016, p.18).

Assim como um flash de luz vindo do escuro a partir de uma câmera fotográfica que tenta registrar um momento, esses jovens são iluminados por um breve instante, mas a imagem retratada é a da criminalidade, e não da potência de vida, que é totalmente deixada fora de foco. Essa iluminação é estratégica porque funciona como uma justificativa para que se elimine essas formas de vidas, já que elas foram capturadas como vidas perigosas.

Alagoas é um dos estados onde mais morrem jovens negros no país, aqui, um jovem negro tem 17 vezes mais chance de ser assassinado do que um branco⁵¹. Em uma audiência pública na Câmara dos Vereadores de Maceió, onde se debatia a cultura Hip-Hop no estado, o representante da Cia Hip Hop, Geysson Santos, fez a seguinte intervenção:

Porque quando a gente tá pensando no âmbito de Maceió, a gente tá pensando em uma das capitais que mais mata jovens negros no Brasil e no mundo. E quando a gente pensa em Hip Hop a gente tá pensando numa juventude negra que tá morrendo e tá fazendo cultura enquanto morre. É bom a gente pensar no Hip Hop não apenas como uma ferramenta cultural, a gente pensa o hip hop como uma ferramenta de transformação de vida, então eu não gosto de pensar no hip hop no âmbito da cultura, eu gosto de pensar no hip hop no âmbito da juventude.

Qual a política de juventude que a gente tem aqui no estado de Alagoas, aqui em Maceió? Tem. Tem uma política de criminalização da juventude, então quando a gente olha pra essa juventude da parte alta ou das periferias da parte baixa de Maceió, a gente já tem

⁵¹ MADEIRO, Carlos. 'Apartheid da violência. **Uol Notícias**, Maceió, abr. 2018. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/apartheid-da-violencia.htm#apartheid-da-violencia>. Acesso em: 23 mar. 2018.

*essa juventude como uma juventude violenta porque são esses os estereótipos que a gente fomenta*⁵².

Essa epistemologia das luzes em que as cidades vêm se estruturando está produzindo uma política de morte física e subjetiva, mas ao mesmo tempo em que se tenta exterminar esses habitantes indesejados existe uma política de insistência que vem produzindo resistência nesses espaços.

O rolezinho contra o *apartheid* se estruturou como uma resposta à intensa segregação que os jovens de periferia vinham sofrendo naquele espaço público. Não só esse protesto conseguiu dar visibilidade às ações racistas e discriminatórias que acontecem nesse espaço nobre da cidade, mas também conseguiu mobilizar centenas de pessoas de diferentes regiões da cidade e de diferentes camadas sociais. São moradores de Maceió que não pactuam com a forma como a cidade vem excluindo uma parte de seus habitantes.

Apesar das tentativas de desqualificar e fazer desaparecer os espaços públicos, como afirma Coimbra (2001), esses espaços continuam sendo repossuídos e reinventados. Mesmo com os esforços que foram e continuam sendo feitos para que sejam esvaziados ou homogeneizados, esses lugares são rapidamente ocupados e invadidos por manifestações que muitas vezes nos causam surpresas e para alguns representam uma ameaça.

O Rolezinho contra o *Apartheid* foi um exemplo de como essa política de insistência pode provocar efeitos nos habitantes da cidade, pois além de demonstrar indignação com a maneira violenta como a periferia é tratada naquele lugar, também conseguiu mostrar as diferentes potências e expressões artísticas e culturais vindas da periferia.

Numa tentativa de quebrar o estigma produzido por toda essa narrativa que fabrica o jovem negro e periférico como uma figura de quem o cidadão deve ter medo, a insistência em ocupar esse espaço e reivindicá-lo como um lugar de lazer e cultura que deve ser ocupado por toda a cidade, consegue promover o encontro com o outro, com corpos diferentes do nosso, com vidas diferentes da nossa.

A minha aposta com esse trabalho é a possibilidade de questionar as políticas de criminalização com as quais as camadas mais pobres vêm lutando cotidianamente na cidade, principalmente os jovens negros das periferias urbanas. Tento dar visibilidade à potência de

⁵² A fala completa está disponível em:
https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=478319202584989&id=100012207392367

vida desses corpos que, muitas vezes, caem no esquecimento e em um desejo de extermínio por uma parcela da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo em minha primeira aula de Psicologia, assim que entrei na universidade, uma frase dita por meu professor me marcou a ponto de lembrá-la até hoje. Ele disse que o papel de um bom psicólogo era o de estranhar o que é familiar e começar a se familiarizar com o estranho. Esse foi um ensinamento que carrego até hoje e tento exercitar o máximo possível, seja na academia, seja na vida, se é que é possível fazer uma distinção entre esses espaços.

Não posso afirmar que esse é um exercício fácil, pois ele é marcado por incertezas, medos, frustrações e constantes desconstruções de verdades muito bem estabelecidas e naturalizadas. Mesmo não sendo um exercício fácil, ele é um movimento muito potente. Estranhar o que é familiar e se familiarizar com o estranho nos coloca em uma posição que permite o contato com o outro e também nos possibilita ser afetado por ele. Esse princípio norteou boa parte de minha trajetória acadêmica como psicólogo e como pesquisador. No decorrer desse trabalho, tentei ao máximo executar esse princípio que é tanto ético como político.

No primeiro capítulo, me questionei enquanto um psicólogo-pesquisador na cidade e sobre a cidade. Apresentei as pistas que me conduziram durante a minha pesquisa caminhada, tentei me afastar do lugar do pesquisador que fala sobre seu objeto, e sim, colocar minha própria experiência como o objeto de pesquisa. Não me interessava por explicar e descrever os pequenos detalhes e pormenores do lugar que eu estava pesquisando ou das pessoas que eu encontrei nesse território, e sim problematizar minha relação com a cidade. Essas pistas não me levaram a fazer uma pesquisa sobre o “outro”, e sim sobre o “nós”. Pistas que me fizeram pensar e questionar sobre a cidade que tão bem me acolheu é a mesma cidade que expulsa tanto outros.

Já no segundo capítulo, tentei compreender a partir de autores como Michel Foucault, Giorgio Agamben e Achille Mbembe o processo de ficcionalização do inimigo que estamos fabricando nos grandes centros urbanos. Utilizando-me dos diários de campo produzidos a partir das derivas e de diversos fragmentos da cidade, escolhi a Rua Fechada como um analisador que me permitiu problematizar a maneira como estamos estruturando nossas cidades a partir de uma política de segregação em nome da segurança, produzindo vidas matáveis para que outras vidas possam circular na cidade em paz e com tranquilidade.

No terceiro capítulo, procurei apontar como o sentimento do medo é um processo histórico e social e, portanto, podemos e devemos analisá-lo dessa maneira. Entender que o medo é fabricado ao longo da história é também entender que ele pode ser ressignificado de

outra maneira, o medo precisa ser historicizado, politizado e, conseqüentemente, desconstruído. Também busquei analisar os efeitos do medo na urbe e o que ele produz nas relações com o território e seus habitantes.

Ainda no terceiro capítulo, busquei refletir sobre o quão potente pode ser uma política de insistência nos territórios urbanos como, por exemplo, a ocupação de corpos que muitas vezes são vistos como perigosos em áreas consideradas privilegiadas e podem produzir encontro através do espaço público.

Espero que da mesma maneira que eu fui afetado ao transitar nesse espaço, outras pessoas comecem a olhar suas cidades de maneira diferente, que não enxerguem somente a cidade iluminada que está sendo retratada em um cartão postal, mas que comecem a habitar e produzir conhecimento no escuro. Precisamos, como Agambem (2009, p. 59) nos incita, ser contemporâneos.

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a *relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo*. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.

Para Agamben (2009), o sujeito contemporâneo “é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEN, 2009, p. 62). Essa foi a escolha que fiz em minha caminhada, desviar dos caminhos iluminados e me esforçar para não me deixar cegar pelas luzes e só assim conseguir enxergar as sombras que habitam esses lugares.

Olhar a cidade não pela via das luzes, e sim pelas sombras que ela produz, me fez enxergar uma cidade segregada e violenta, mas também me fez ver as sombras e seus habitantes como um lugar de potência e vida. Talvez a resposta para combater essa cidade tão segregada e que pratica o distanciamento com o outro está justamente nesses espaços de sombra, que permitem uma pluralidade de corpos e de vidas.

Cada vez mais erguemos barreiras em nome da proteção, e essa incessante busca por segurança vem produzindo cidades mais fechadas ao outro, com seus condomínios fechados, praias fechadas e ruas fechadas. Estamos nos fechando e produzindo cidades enclausuradas.

Durante o tempo que morei em Belo Horizonte tive a oportunidade de visitar o Instituto Inhotim, que é a sede de um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do Brasil e considerado o maior centro de arte ao ar livre da América Latina. Em minha visita ao local, me

deparei com a Galeria Doris Salcedo, que abrigava uma instalação chamada *Neither*, de autoria da artista plástica colombiana Doris Salcedo, que concebeu essa obra depois de visitar o campo de concentração em Aushwitz, na Polônia. Era uma instalação composta por placas de aço que pareciam grades ou cercas que foram assentadas sobre gesso. Mas ao entrar na instalação, a primeira sensação que me veio foi: ‘eu estou dentro ou fora destas grades?’.

Figura 16 - Instalação *Neither* na Galeria Doris Salcedo



Fonte: Museu Inhotim⁵³.

Esse angustiante dilema entre dentro e fora que me fez pensar o quanto estamos nos aprisionando em nome da segurança. Quanto mais medo temos mais grades nós erguemos para nos proteger do perigo, mas será que estamos fora dessas grades? Ou somos nós que estamos aprisionados?

⁵³ Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/blog/galeria-doris-salcedo-reabre-apos-processo-de-restauro/>.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AGAMBEN, G. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Tradução de Davi Pessoa Carneiro, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko, Chapecó: Argos, 2009.
- BAPTISTA, L. A. **A Cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987.
- BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, p.185-305, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- BICALHO, P. P. G.; JAGEL, D. C.; REBEQUE, C. C. Psicologia e políticas de segurança pública: o analisador 'Caveirão'. **Psico**, v. 39, n. 4, p. 418-424, 2008.
- CALDEIRA, T. P. do R. Direitos Humanos ou 'Privilégios de Bandidos'? Desventuras da democratização brasileira." **Novos Estudos**, n. 30, julho. 1991.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edição 34; Edusp, 2000.
- CASTEL, R. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COIMBRA, C. M. B. Produção do Medo e da Insegurança. Niterói, 1995. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- COIMBRA, C. M. B; NASCIMENTO, M. L. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In: **Direitos Humanos não tem idade**. Rio de Janeiro: CEDECA/São Martinho, 2008. Disponível em: <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- COIMBRA, C. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto, 2001.

DESPRET, V. As ciências da emoção estão impregnadas de política? Catherine Lutz e a questão do gênero das emoções. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 29-42, apr. 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, mar. 2005. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>. Acesso em: 28 maio 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>.

FERREIRA NETO, J. L. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia -UFF**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 111-120, jan./jun. 2004.

FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FONSECA, C. G. **A cidade em comunicação: paisagens, conversas e Derivas no Centro de BH**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura de Almeida Sampaio. 13. ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 6. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975- 1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhom Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIACOMONI, M. P.; VARGAS, A. Z. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, p. 119-129, 2010.

GUATARRI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, p. 7-41.

HUNING, S. M. et al. Subjetividades, globalização e urbanização: novos objetos da Psicologia Social Brasileira nos Simpósios da ANPEPP. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 460-473, jun. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

98932014000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000862013>

HÜNING, S. M. Foucault e o enfrentamento de assimetrias na pesquisa em Psicologia. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; AZUMBUJA, Marcos Adegas & HÜNING, Simone Maria (Orgs.). **Foucault e a psicologia na produção de conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 125-146.

JACQUES, P. B. **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [S.l.], n. 32, mar. 2017. ISSN 2448-3338. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 01 out. 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MONTE, L. **Deriva e Psicogeografia na Cidade Contemporânea**: experimento Situacionista no centro do Recife. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

NOGUEIRA, M. L. M. **Espaço e subjetividade na cidade privatizada**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

NOGUEIRA, M. L. M.; HISSA, C. E. V.; SILVA, J. S. O caminhar como recurso metodológico: sobre imagem e discurso. In: REIS, A. C. et al (Org). **Psicologia Social em experimentações**: arte, estética e imagem. Florianópolis: Abrapso Editora, 2015. p. 354 – 378.

PADILHA, E. V. de A. **Território e subjetividade**: uma pesquisa sobre a Comunidade de Pescadores dos Jaraguá. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

PELBART, P. P. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

REIS, C. **Cidade e Diretos Humanos**: o comum como exercício ético da vida urbana. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

REISHOFFER, J. C.; BICALHO, P. P. G. de. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 425-444, ago. 2009.

RODRIGUES, Ana Cabral; BAPTISTA, Luis Antônio dos Santos. Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 422-429, dez. 2010.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; HUNING, Simone Maria. Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 8-27, jan. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2018.

SILVA, R. H. A. Cartografias Urbanas: construindo uma metodologia de apreensão dos usos e apropriações dos espaços da cidade. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. n° esp, p. 83-100, 2008.

SILVA, V. M. da. **A constituição dos processos de urbanização como objeto da psicologia no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, W. V. N. Entre ruas que subjetivam, registros do governo da vida e da morte na cidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SILVA, W. V. N. Territórios vulneráveis: arquivos impróprios de uma memória em perigo. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. do R. S. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000400005>.

TEOBALDO, I. N. C. A cidade espetáculo: efeito da globalização. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, XX, 137-148. 2010.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
Vianna, P. C; Neves, C. E. A. B. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. **Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 1, p.31-38, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26119145005>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ANEXOS

Mapa do bairro da Ponta Verde, localização do trecho da Rua Fechada destacada em azul.



Fonte: elaborada pelo autor.

Trecho da Rua Fechada



Fonte: elaborado pelo autor

ANEXO B – DIÁRIOS DE CAMPO

DERIVA 1

10/12/2017

Cheguei na Rua Fechada por volta das 14 horas. O sol forte e o calor intenso parecem que atraíram um número enorme de pessoas para a Rua Fechada, pois o local estava lotado de pessoas. Os bares estavam lotados e o tráfego de pessoas era intenso, imagino que isso estava relacionado ao período de alta temporada da cidade, já que ouvi diversos sotaques enquanto caminhava na orla.

Como esta foi minha primeira tentativa de deriva, ainda não sabia muito o que observar, ou como proceder. O número grande de pessoas me deixou até meio atordoado para conseguir parar e refletir sobre algo, mas essa talvez seja uma das características das cidades, as vezes de tão intensa que é a vida nesses espaços, você não consegue parar e pensar sobre onde você caminha.

Caminhei por todo o percurso da Rua Fechada para me familiarizar com esse local, pois já fazia algum tempo desde pisei meus pés ali pela última vez, e também por ser a primeira vez que estava olhando esse lugar a partir da perspectiva de um pesquisador da cidade e na cidade.

Não tenho a mínima ideia das situações que vou me deparar ao longo do processo de pesquisa e nem se essa é a melhor maneira de pesquisar sobre esse lugar. Mas acredito que as próximas semanas possam começar a me afetar e me ajudar a circular nesse espaço de maneira diferente.

DERIVA 2

17/12/2017

Ao chegar na Rua Fechada, mesmo sendo o mesmo horário da visita anterior, me deparei com uma situação bem diferente. Devido ao dia nublado, o número de pessoas frequentando o lugar era bem menor em relação a semana passada. Isso me trouxe até um pouco mais de tranquilidade, já que na semana passada a enorme quantidade de pessoas circulando naquele lugar me deixou um pouco atordoado, até porque semana passada era a minha primeira tentativa de deriva. Mas enfim, percorrendo o trajeto da rua encontrei algumas coisas curiosas, que talvez pelo grande fluxo de pessoas da semana anterior me passaram despercebidas.

Enquanto caminhava, me deparei com algumas situações curiosas. Pessoas com cadeiras de praia, que não pareciam ser dessas que costumamos alugar com os ambulantes quando vamos a praia, já que estava fora da região que se costuma fazer isso. Ao lado da cadeira, sempre uma caixa térmica, lotada de cerveja e outras bebidas, e por vezes acompanhado uma caixa de som bluetooth tocando música. Normalmente essas pessoas não estavam na faixa de areia, estavam no espaço da rua fechada, próximo as bancas de revistas, no canteiro e etc.

Durante o tempo em que perambulei pelo trajeto, a maioria das pessoas que eu vi que estavam fazendo isso eram homens, brancos, que já aparentavam uma certa idade ou pequenos grupos que pareciam serem famílias se reunindo na praia. Mas era uma situação curiosa, porque me pareceu que para essas pessoas a praia funcionava como uma extensão da residência deles, como se fosse um quintal. E isso parecia tão normal que as pessoas que transitavam por ali não davam muita atenção para a situação. Imagino que talvez uma das funções do espaço público seja o de expandir um pouco a nossa casa, com muitos limites claro, mas de entender a cidade como nossa e poder habitá-la de ocupá-la de maneiras diferentes. Mas o ponto que eu quero chegar é que isso não é para todo mundo.

Ao mesmo tempo que era muito natural esses senhores saírem de seus apartamentos na orla, com suas cadeiras, cervejas e dispositivos de som e ninguém se incomodar, também era muito natural os olhares reprovadores para grupos de jovens que faziam basicamente a mesma coisa, mas em condições diferentes.

Era muito comum, enquanto eu caminhava e avistava alguns pequenos grupos de jovens, em sua maioria negros e de periferia, perceber a quantidade de olhares nada amigáveis que eram voltados para esses grupos. Eram olhares que expulsavam, que denotavam um misto de medo e asco em relação a essas pessoas. Sei que é bastante subjetivo interpretar esses olhares dessa maneira, já que são atos tão sutis (às vezes nem tanto). Mas era uma situação bastante

angustiante, e o pior de tudo é que tive a sensação de que eles estavam tão acostumados com esses olhares que nem se importavam mais.

Acho que ainda estou tendo bastante dificuldade e entender um pouco a proposta deriva, mas começar a olhar a cidade não mais a partir do espetáculo, está me fazendo enxergar que a orla considerada várias vezes como a mais bonita do país *tem muita sujeira em suas areias brancas*.

DERIVA 3

14/01/2018

Cheguei na rua fechada no meio da tarde, por volta das 15h. Faziam algumas semanas que eu não realizava nenhuma deriva devido aos feriados de fim de ano, (Natal e Ano Novo), todos caíram num domingo e por isso não pude ir. Logo quando cheguei, percebi o quanto estava movimentada, mesmo sendo próximo ao horário do encerramento da rua fechada. Parte desse movimento, eu acredito, era devido a algumas apresentações culturais que envolviam o carnaval. Enquanto caminhava pelo percurso vi alguns grupos que se apresentavam cantando marchinhas de carnaval, e inclusive um grupo de homens em maior parte idosos e todos vestidos com uniformes que pareciam ser da Marinha do Brasil. Eles estavam cantando (não muito bem diga-se de passagem) algumas músicas religiosas.

Eu acredito que essas semanas sem fazer a deriva me ajudaram a pensar algumas coisas sobre as minhas idas a rua fechada, estava com minha companheira e comecei a divagar um pouco sobre o que eu estava pensando. Nessas últimas derivas comecei a perceber o quanto o espaço público não é igual para todo mundo, uma mesma rua, praça ou bairro pode proporcionar experiências completamente antagônicas para os diferentes sujeitos que frequentam. Acho que o exemplo mais clássico disso é o quanto o gênero pode influenciar a relação com o espaço. Ser mulher e percorrer um determinado trajeto produz uma série de efeitos nesse sujeito onde o mesmo trajeto percorrido por um homem não traz. Desde coisas mais subjetivas como o medo da violência sexual, sensação de insegurança e etc. até mais concretas, como o assédio praticados por homens. Comecei a pensar esse tipo de coisa nessa deriva, não em relação a experiência relacionada ao gênero, mas sim em relação a outros privilégios.

Enquanto caminhava, passei próximo a um jovem que estava em pé com as mãos atrás da cabeça, a polícia estava realizando uma revista no jovem, era um jovem negro, que aparentava não passar dos 17 anos de idade. Próximo dele, estava um casal de pessoas bem jovens, negros, talvez até mesmo amigos, mas estavam tranquilos e até brincando um com o outro. E próximo a eles um policial, provavelmente o responsável pela ação. Passei despercebido por essa cena, não sei se pelo cansaço físico, devido a uma forte gripe, ou simplesmente por uma naturalização desses acontecimentos na cidade. Porém, alguns minutos depois algumas coisas borbulhavam na minha cabeça, e lembrei de uma experiência que uma amiga tinha me contado alguns dias atrás, que aconteceu com ela, ali mesmo na Rua Fechada.

Ela me contou que estava com o namorado caminhando pela Rua Fechada quando percebeu que circulavam algumas motos da Rádio Patrulha que estavam tentando intimidar

alguns adolescentes que estavam no local. Eram jovens negros, com roupas ‘de periferia’, o estereótipo clássico da personificação do medo para alguns cidadãos maceioenses. Ela me disse que os agentes nas motos estavam abordando os grupos de jovens mandando-os irem embora daquele local, porque eles não podiam ficar circulando ali, segundo os agentes.

Minha amiga comentou que estava esperando também ser abordada junto ao namorado, imaginando que essa expulsão seria por causa da volta de circulação de veículos e que, portanto, todo mundo deveria sair da rua. Só que ela percebeu que apenas esses grupos específicos de jovens eram abordados. Os grupos de turistas, majoritariamente compostos por pessoas brancas, não eram alvos dessa expulsão pela RP. Ao continuar o trajeto minha amiga percebeu que as abordagens se intensificaram, principalmente na região onde fica o totem ‘Eu amo Maceió’, que é onde a maioria desses jovens de periferia costuma se reunir.

Os agentes começaram a ameaçar os grupos de jovens, dizendo ‘vocês têm que ir embora daqui, a gente vai dar um volta e se vocês estiverem aqui quando a gente voltar vocês vão ver!’. A ameaça acabou surtindo efeito e alguns grupos de meninas negras começaram a se dispersar e a ir embora. Outros grupos pularam a ‘cerca’ próxima ao totem para descer e ficar na areia da praia, já que assim a presença deles ficaria menos visível para os agentes da lei e da ordem. Mas mesmo assim eles continuaram na praia.

Ao presenciar a cena do jovem em posição de revista e me recordar desse acontecimento, comecei a pensar em algumas coisas, que talvez sejam óbvias, mas os meus privilégios me impediam de enxergar com clareza. Quando eu caminho na orla eu não tenho medo de ser parado por um policial por exemplo, isso nem chega a ser uma preocupação na verdade. Sou homem, classe média, caminhando com minha namorada dentro de uma relação heterossexual, me visto como a classe média diz que é o correto de se vestir, ou seja, eu estou e me comporto dentro dos padrões construídos. Logo, minha experiência na Rua Fechada e na cidade é determinada por esses fatores.

Isso me fez perceber o quanto o espaço público é desigual e fragmentado e em certa medida reflete uma série de problemas e desigualdades de âmbito macrossocial. (racismo, criminalização da pobreza, violência e etc).

A rua que eu percorro é geograficamente falando a mesma que várias outras pessoas também percorrem, mas é ao mesmo tempo uma rua completamente diferente para cada uma delas, com experiências diferentes, com potencialidades diferentes e até mesmo com leis diferentes (a rua também pode ser um estado de exceção para vários grupos), como no caso da história que minha amiga me contou. A rua não é a mesma para todos

DERIVA 4

21/01/2018

Ao chegar na rua fechada no final da tarde e começar a caminhar por seu trajeto, me deparei novamente com uma revista policial, dessa vez, consigo enxergar ao longe três jovens negros sendo revistados pela polícia. Enquanto observava a cena e ia cada vez mais me aproximando do local que estava acontecendo a revista comecei a observar o que estava em volta daquela cena, e me pareceu que aquela ação que a polícia estava realizando era invisível.

Digo isso porque me parecia que pessoas ao redor continuavam a tocar suas vidas como se nada estivesse acontecendo, era como se aqueles três jovens sendo revistados pela polícia não estivessem lá. As pessoas continuavam a andar, a passear com seus cachorros sem nem ao menos desviar o olhar para o que acontecia. Eles não estavam lá. Acho que talvez isso se deva ao fato de uma parte da população achar aquele tipo de ação completamente normal e corriqueira e totalmente justificável para proteger a segurança e bem-estar dos frequentadores da orla.

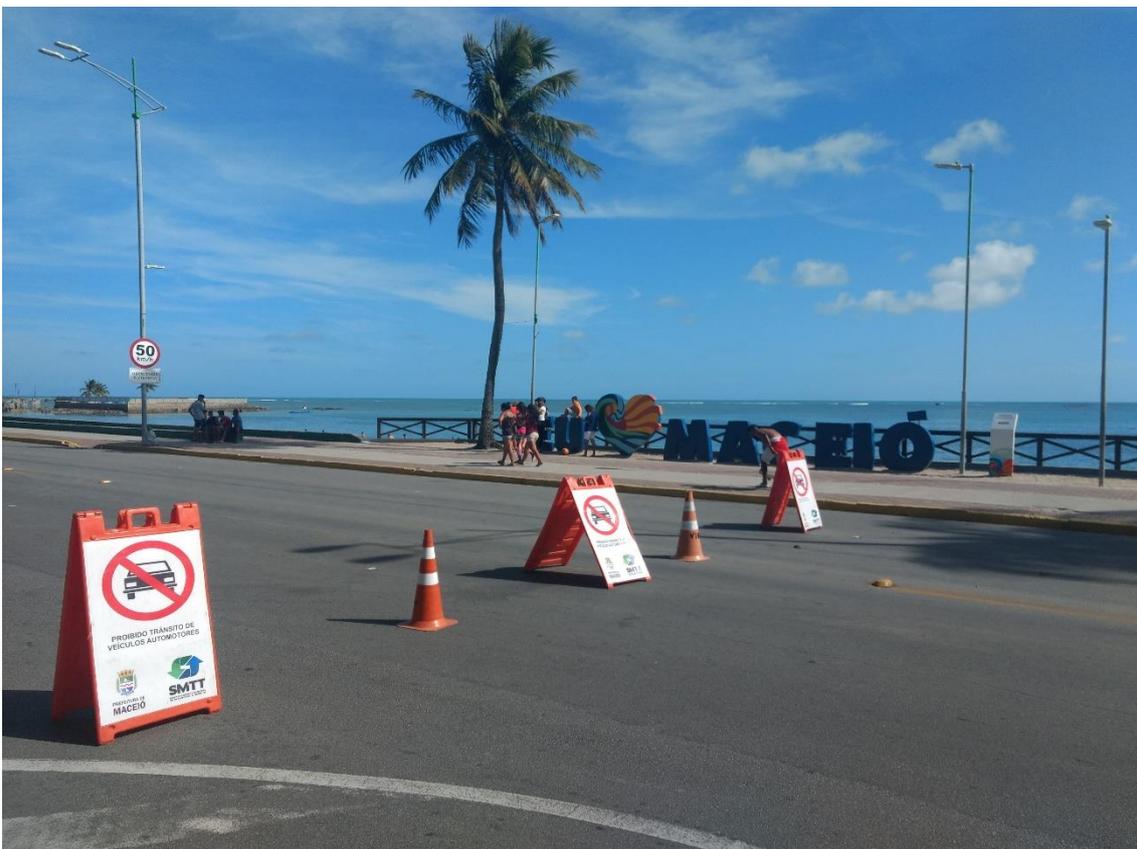
Mas achei bastante curioso o fator de invisibilidade que esses jovens carregam, até porque, boa parte da reclamação dos moradores e frequentadores da rua fechada são justamente pela presença desses jovens da periferia, esses jovens só são visíveis a população da cidade quando eles estão em lugares que essa população não deseja, eles só são vistos quando eles precisam ser excluídos da cidade.

Ainda enquanto caminhava algo me chamou bastante a atenção, em um dos pontos de fechamento da rua fechada, observei que os marcadores estavam em locais diferentes das semanas anteriores. Lembrei até, que na semana passada tinha pensado que era só uma impressão minha, que eles tinham colocado os marcadores em lugares diferentes, encurtando o espaço que é fechado para a circulação de carros, mas dessa vez estava muito evidente. Só que, o que me chamou atenção nesse encurtamento da rua fechada é que eles estão voltando com a circulação de carros justamente no lugar onde os jovens da periferia costumam se reunir, que é em frente ao totem “eu amo Maceió”.

Na semana anterior achei que eles tinham diminuído o percurso, por perceber que o bloqueio estava mais próximo ao totem, só que dessa vez os marcadores que sinalizam o bloqueio de veículos estavam justamente em frente ao totem. Isso me passou a impressão que eles estão tentando diminuir a presença desses jovens através da volta de circulação de carros justamente na área que a maioria deles costumam se reunir.

Espero que eu esteja errado e isso tenha sido apenas uma exceção na marcação da rua fechada pelos fiscais de trânsito, mas se essa marcação continuar acredito que é claramente uma

estratégia da prefeitura de expulsar esses jovens, já que a estratégia anterior (grandes ações policiais), acabaram produzindo protestos e indignações por uma parte da população da cidade.



DERIVA 5

11/02/2018

Hoje foi um dia que choveu bastante durante a manhã, e também nos dias anteriores, definitivamente não era um “dia de praia” comum, era uma tarde nublada, tempo fechado e com grande possibilidade de chuva, que inclusive me pegou no trajeto até chegar a rua fechada. Fui no final da tarde, como sempre costume ir, mas ao chegar era um lugar bem diferente das semanas anteriores. Poucas pessoas circulando, quase não vi nenhum pequeno comerciante (vendedor de coco, espetinhos e etc). O pouco movimento era reflexo do dia chuvoso, e até certo ponto isso foi algo que me chamou a atenção.

No totem ao final da rua fechada, onde normalmente se concentram os jovens das periferias da cidade a quantidade de pessoas era muito semelhante aos dias ensolarados de verão. Os jovens continuavam lá mesmo num dia chuvoso, o som do funk continuava lá, assim como as viaturas da polícia paradas em frente e esse aglomerado de pessoas negras.

Porque isso me chamou a atenção? Talvez porque eu não quisesse estar lá. E talvez eu não quisesse mais ainda se estivesse na situação deles. Eu não queria estar lá por ser um dia chuvoso, ou posso dizer até mesmo um dia “preguiçoso”, a cidade não estava na temperatura infernal que estava nas semanas anteriores, era um final de tarde de um domingo chuvoso, o lugar que eu queria estar era na minha casa assistindo Netflix. Mas no fundo o meu motivo de não querer estar ali era unicamente a preguiça.

E quando eu digo que teria menos vontade ainda de estar na praia se eu fosse um desses jovens seria por motivos bem diferentes. Eu me perguntei porque eles continuavam ali. Faço essa pergunta não em um sentido individual, do porque o João e a Maria saiam de casa para ir à praia. Mas sim porque essa população continuava a frequentar esse local.

Estava claro que várias camadas da sociedade não queriam a presença deles ali, os jornais acusam esses jovens de serem criminosos, usuários de drogas, baderneiros. Os moradores da ponta verde e dos bairros nobres próximos da região dizem que esses jovens fazem arrastão, sexo explícito, tráfico de drogas. A polícia, que inclusive sempre faz questão de estacionar suas viaturas em frente a área que esses jovens costumam ficar (ver foto), fazem revistas constantes a esses jovens, revistas muitas vezes truculentas e sem motivos aparentes, além do tentar frequentar a praia.

Essas coisas me fazem perguntar o porquê de eles continuarem indo e lotando a praia semana após semana, mesmo após todo um aparato discursivo e policial que é acionado para

tentar barrar esses jovens de irem a orla. Eles estão resistindo, ou apenas tentando existir na cidade?



DERIVA 6

22/07/2018

Essa foi a primeira vez que fui a Rua Fechada depois do meu período de mobilidade em BH. Faziam pelo menos 3 meses que não realizava nenhuma deriva. Como de costume das outras vezes, optei por ir mais ao final da tarde, por ser o horário de maior concentração dos jovens de periferia naquele lugar, e por isso talvez seja o horário mais interessante para a deriva, pois são essas questões com os jovens que estão me fazendo pensar a dinâmica do local e também das cidades.

Ao chegar na Rua Fechada, comecei a estranhar a quantidade de guardas e policiais na orla, pois nos momentos anteriores de deriva, percebi muito claramente que os policiais costumavam se aglomerar justamente no local onde os jovens se juntavam, mas dessa vez o policiamento estava bem espalhado durante todo o trajeto.

Logo quando comecei a andar, me deparei com algumas pessoas fumando narguilé tranquilamente enquanto alguns policiais perambulavam próximo ao local, achei estranho nenhum policial fazer qualquer tipo de contato com o grupo que fazia uso do narguilé, mas logo percebi que era um grupo de homens jovens e brancos e que pareciam ser de classe média, logo, deduzi que isso trazia alguns privilégios, como por exemplo a possibilidade de fumar o que quiser na orla. Bem diferente dos jovens de periferia que não podem nem circular sem estarem com seus documentos de identificação.

Também notei uma certa mudança nos locais que os jovens se reuniam. Ao invés de se concentrarem em sua grande maioria no totem 'Eu Amo Maceió' dessa vez um número considerável também se reunia em uma região em frente ao bar Lopana. Era até curioso observar como os corpos e os sons mudavam quando se atravessava a avenida. De um lado, vindo do bar, eu escutava alguém tocando pop rock, corpos brancos, atléticos, vestindo roupas de marcas caras. Do outro lado, corpos jovens de maioria negra ou parda que dançavam ao som do funk com suas roupas curtas. Me pergunto porque os tratamentos para ambos os grupos são tão divergentes, se ambos parecem ter objetivos semelhantes em estar nessa local. Se divertir, se relacionar com outras pessoas, beber e dançar. Mas somente um desses lados pode usufruir desses privilégios sem ter sua vida fiscalizada a todo o momento. A cidade é um território em conflito, está sempre em guerra, a disputa é sobre quem pode ou não viver ali.

DERIVA 7

29/07/2018

Diferente da maioria das derivas anteriores, decidi ir pela manhã para a Rua Fechada. Era um domingo ensolarado, diferente do domingo chuvoso da semana passada. Mas também diferente da semana anterior, onde observei intensa atividade policial no local, dessa vez quase não vi policiamento na Rua.

Imagino que essa ausência do forte policiamento se dava por um motivo, os jovens de periferia não estavam lá. Fui até o local que eles normalmente se aglomeram, que fica localizado próximo ao totem 'Eu Amo Maceió', e lá só havia a tradicional massa de corpos brancos que também ocupavam o restante da praia. Nesse horário da rua fechada quase não havia policiais, e a maioria dos corpos negros que me deparei eram os vendedores ambulantes que trabalhavam vendendo água de coco. Aparentemente esses corpos não precisam de um policiamento reforçado, pois eles estão ali para nos servir, são corpos dóceis, esses são os corpos negros de periferia que não assustam os moradores da cidade.

DERIVA 8

02/09/2018

Cheguei na rua fechada por volta das 15h, mas dessa vez não gostaria de falar especificamente sobre a Rua Fechada, mas sim o trajeto para chegar até ela. Desde que voltei da minha mobilidade em Belo Horizonte me mudei para um bairro mais próximo da Ponta Verde, o Poço. Por causa dessa nova proximidade, optei por ir à rua fechada a pé, diferentemente das outras vezes, que fazia o deslocamento de ônibus ou de carro. Esse caminhar me fez pensar algumas coisas, moro em uma avenida chamada Avenida Brasil, enquanto percorria a rua onde eu recentemente me tornei morador fui percebendo como era uma rua que era composta majoritariamente por residências e pequenos comércios de bairro, como mercadinhos e hortifrúti, o trajeto nessa avenida era muito marcado por calçadas irregulares, casas de diferentes tamanhos e estilos, desde casas que aparentavam ser pequenas e simples a casas com frentes enormes, vários andares e muros bem altos.

Mas essa heterogeneidade acaba quando termino de caminhar pela Avenida Brasil e sigo em frente até chegar na próxima rua, a Sandoval Arroxelas. Na rua seguinte, meus olhos se deparam com uma arquitetura urbana completamente diferente, no lugar das casas, grandes prédios de erguem com suas centenas de moradores, os pequenos comércios dão lugares a grandes supermercados e gigantescas redes de farmácia, até a calçada de alturas irregulares dá lugar a calçadas mais homogêneas. Essa mudança tão brusca na paisagem ocorre ao terminar o percurso de uma avenida e chegar ao início de outra. Acho que essa mudança drástica ocorre pelo fato de que ao terminar o percurso da Avenida Brasil, que fica localizado no bairro do Poço, adentro no bairro da Ponta Verde através da Rua Sandoval Arroxelas.

Alguns metros de distância entre uma avenida e outra marcam quilômetros de distância entre um morador de outro, porque ao entrar na ponta verde as pessoas que vejo na rua mudam, estão bem arrumadas para um domingo à tarde, são brancas em sua maioria, pelo menos nesse período do trajeto, os carros populares dão lugares a carros importados, são duas cidades bem diferentes em uma diferença de espaço tão pequena. Nunca tinha reparado de forma tão drástica a maneira que a cidade muda ao atravessar uma rua, existem várias cidades dentro das nossas cidades, e cabe a nós, os andantes, entender e mostrar como essas barreiras entre bairros/populações ricas e pobres são tão frágeis, mas ao mesmo tempo tão poderosas e segregadoras, são poucos metros que separam a cidade das luzes e a cidade das sombras e do abandono.

DERIVA 9

16/09/2018

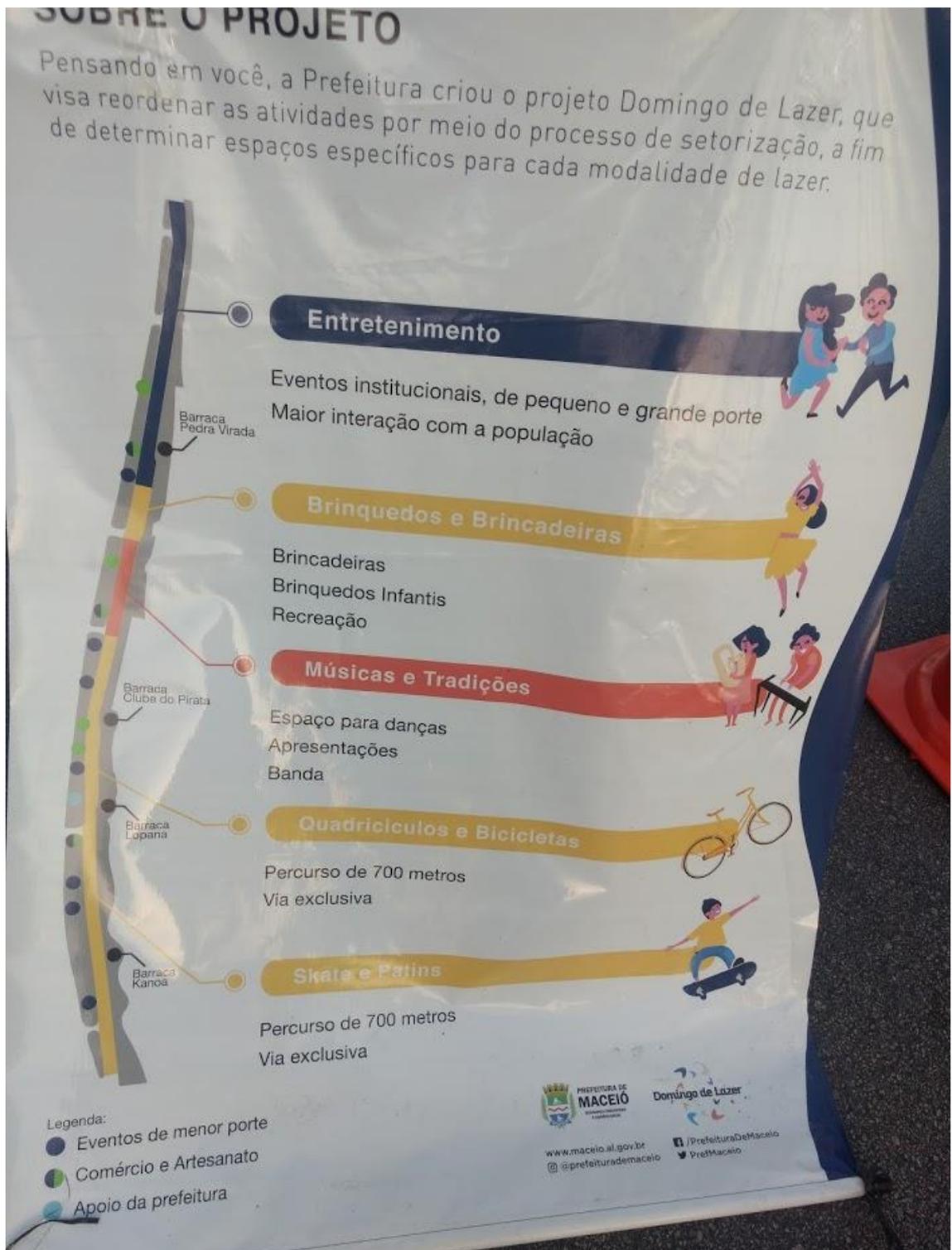
Cheguei na Rua Fechada pela tarde, e logo notei algumas mudanças quando comecei a caminhar. Vários cones separavam a avenida em diversos locais da rua fechada, e havia um pôster explicando o porquê desses novos cones, era um novo projeto da prefeitura para tentar setorizar a rua fechada e determinar espaços específicos para cada mobilidade de lazer, um lugar para as bicicletas, outro pros skatistas, outro para as crianças e assim sucessivamente. O curioso é que essa tentativa de colocar cada um no seu quadrado não estava surtindo muito efeito, já que todo mundo transitava por onde queria, a única diferença era a presença de dezenas de cones laranjas no decorrer da avenida.

Não entendi a necessidade de fazer essa demarcação territorial, mas era interessante observar o quanto ela não era respeitada. Os espaços têm uma vida própria, e é difícil de domesticar. Também percebi que o trecho da rua fechada, que já foi anteriormente reduzido, voltou a sua extensão original, até o Alagoinhas. A prefeitura afirma que aumentou o espaço, porém, o que fizeram foi somente deixar ao seu tamanho inicial.

Já no final da tarde, quando o fluxo de carros estava prestes a voltar a funcionar eu me deparei com uma cena bastante emblemática. Próximo ao horário de encerramento da Rua Fechada é comum que vários carros da guarda municipal circulem no espaço com o intuito de recolher o material deixado, como cones, placas e etc., e também para ir avisando aos frequentadores que o fluxo de carros está para voltar. Porém presenciei uma cena muito peculiar, uma mulher branca e alta, que vestia uma saída de praia vermelha esvoaçante estava caminhando bem lentamente no meio da avenida com seu cachorro minúsculo, e logo atrás dela um carro da Polícia Militar estava chegando ao seu encontro, pois estava fazendo o trajeto de encerramento da rua fechada.

O curioso foi que ao chegar por trás da mulher, que andava distraidamente no meio da avenida, o carro não emitiu som nenhum, não buzinou, não emitiu nenhum sinal de aviso, ele simplesmente ficou acompanhando os lentos passos da mulher de vermelho que tranquilamente desfrutava da beleza da orla junto ao seu cachorrinho. Depois de algum tempo o carro da polícia recuou e desviou da mulher e seu cachorro, sem novamente emitir nenhum som ou reclamação. Achei essa cena bastante emblemática porque aquele tratamento não era destinado a todo mundo, enquanto alguns jovens são verbalmente expulsos daquele local, mesmo estando no período destinado ao lazer (lembrar da deriva 2), outros sujeitos, como essa mulher, não recebem uma buzinação de advertência, nem um alerta, nada, as instituições de

ordem escolhem quais sujeitos devem passar por cima e quais não devem importunar e atrapalhar sua caminhada.



DERIVA 10

30/09/2018

Hoje minha ida a Rua Fechada foi bastante atípica, como estava sem tempo para me dedicar algumas horas desse domingo na Rua Fechada optei por passar rapidamente pelo local de carro, como somente um dos lados da avenida Silvio Viana é interditado, no outro lado o fluxo de carros é liberado normalmente. Foi uma ida bastante peculiar, trafegar de carro por um trecho onde fiz constantes caminhadas foi muito inquietante. Enquanto eu me deslocava devido ao trânsito congestionado naquele trecho próximo da rua fechada, fui percebendo o quão distante é possível se afastar da cidade quando não caminhamos.

No interior do carro eu não sentia calor pois o ar condicionado estava ligado, não escutava os sons da rua pois estava com os vidros fechados, aquele lugar não me afetava porque no fundo eu não estava lá, eu estava blindado, estava só de passagem, protegido e enclausurado em um veículo. Isso me fez pensar o quanto não nos envolvemos em certos espaços da cidade simplesmente por não ocupar aqueles espaços, não colocar nossos pés em contato com o solo e dividir a cidade com o outro.

Acredito que cada vez mais nós estamos perdendo o contato com o outro, com o diferente de nós, com o estranho, e isso acaba produzindo um certo desdém com a vida do outro. Enquanto estava no carro eu não senti nada, não me importava muito com o que acontecia porque simplesmente não me afetava, eu estava em um outro mundo. Quantas outras pessoas trafegam em tantos outros lugares e não são afetados?

Uma lembrança da Comunidade dos Pescadores de Jaraguá me veio à tona, antes da remoção da vila, eu tive a oportunidade de conhecer aquele local enquanto estudante de graduação via projeto de extensão. Eu literalmente coloquei meu pé na lama conhecendo aquele lugar, conversei com pessoas, comi junto a elas, eu fui afetado, eu passei a me importar com a violência sofrida por aquela população. Mas eu só pude fazer isso porque eu estive lá, muito provavelmente se eu passasse de carro rotineiramente na avenida em frente a Comunidade eu não me importasse, como muitas pessoas não se importaram com a remoção dos pescadores do território em que construíram suas vidas.

Andar e permitir se afetar me parecem ser ferramentas imprescindíveis para pensar as cidades hoje, em um lugar que muitos viam como um lugar de criminalidade, de violência e de pessoas que precisavam ser expulsas eu consegui enxergar um lugar que pulsava vida, potência e resistência. Quantos outros lugares como esse não existem e nós apenas passamos apressado por eles?